



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 012

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 03 DE MARÇO DE 2008

ANO XXXIII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Professor Luizão
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 012

12ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios 03

Indicações 03

Requerimentos 03

Projetos de Lei 08

Pequeno Expediente:

Dep. Reni Pereira 09

Dep. Tadeu Veneri 10

Dep. Luiz Nishimori 11

Dep. Rosane Ferreira 11

Dep. Cida Borghetti 13

Dep. Luciana Rafagnin 13

Grande Expediente:

Dep. Stephanes Júnior 14

Dep. Elio Rusch 15

Horário das Lideranças:

Liderança do Bloco PTB/PR

Dep. Jocelito Canto 17

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 18

Liderança do PT

Dep. Professor Luizão 19

Liderança do PSDB

Dep. Valdir Rossoni 21

Liderança do PMDB

Dep. Dobrandino da Silva 22

Liderança da Oposição

Dep. Ademar Traiano 23

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli 25

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 26

Discussão/Votação

2ª Discussão (Votação em) 26

Redação Final 29

2ª Discussão 29

1ª Discussão 29

Discussão Única (Proposições) 31

Requerimentos 31

Encerramento da Sessão 38

Transcrição 38

Publicações:

Diretoria Geral

Portarias 39

Atas de Comissões

Especial de Reforma da

Constituição 40

Defesa do Consumidor 40

Constituição e Justiça 41

DIÁRIO Nº 012

12ª SESSÃO ORDINÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 12ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

03 DE MARÇO DE 2008

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Dr. Batista e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Cida Borghetti, Chico Noroeste,

Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühler, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (51).

Ausentes os Srs. Deputados Douglas Fabrício e Péricles de Mello (02).

Ausentes com justificativas o Sr. Deputado: Luiz Accorsi (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob o nº CEE/CC 465/08, do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informações, requerido pelos Deputados Elio Rusch, Durval Amaral, Valdir Rossoni e Ademar Traiano, que solicitam esclarecimentos sobre convênios firmados entre o Governo do Estado e a Fundação da Universidade Federal do Paraná - FUNPAR. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

OFÍCIO Nº 026/08

Curitiba, em 03/03/08.

Senhor Presidente:

Com meus melhores cumprimentos, dirijo-me a V. Exa. para justificar minha ausência da Sessão Plenária de hoje - 03/03/08, por estar em visita as minhas bases eleitorais no noroeste do estado e, portanto impossibilitado de participar dos trabalhos legislativos.

Limitado ao exposto, manifesto a V. Exa. meu apreço e consideração.

(a) LUIZ ACCORSI

Indicação

INDICAÇÃO Nº 042/08

SÚMULA:

Propõe a implantação do Programa Estadual Patrulha Escolar Comunitária no município de Mandirituba.

Ao Exmo. Major QOPM Loemir Mattos de Souza - Coordenador Estadual do Programa Patrulha Escolar Comunitária:

O Deputado Francisco Bühler dirige-se ao Sr. Coordenador para reivindicar o seguinte:

1) Solicita à Coordenação Geral Estadual do Programa Patrulha Escolar Comunitária, a implantação do serviço no município de Mandirituba, com o objetivo de atender as escolas das redes municipal e estadual do sistema público de ensino.

2) Tal solicitação se faz necessária devido ao fato de que a Patrulha Escolar Comunitária que atende a região tem sua base no município de Fazenda Rio Grande, fato este que tem dificultado o atendimento, visto as implicações tanto de deslocamento, quanto de distância entre as duas sedes municipais.

3) Sua implantação em Mandirituba proporcionará a efetiva proposta do Programa, que é de oferecer segurança à comunidade escolar.

Sala das Sessões, em 03.03.08.

(a) FRANCISCO BÜHLER

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 312

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual adiante assinado, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei nº 052/08 dos Deputados Luiz Eduardo Cheida e Rosane Ferreira que *cria o período de auto-denúncia para a localização e quantificação de BHC e demais agrotóxicos proibidos no estado do Paraná, e dá outras providências.*

Sala das Sessões, em 03.03.08.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

REQUERIMENTO Nº 321

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 048/08, que altera a Lei nº 11580, de 14/11/96, Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM.

Sala das Sessões, em 03.03.08.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

REQUERIMENTO Nº 307

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, destaque para a votação da sub-emenda, da Comissão de Constituição e Justiça, ao Projeto de Lei nº 743/07, apresentada na reunião do dia 19/02/08, de acordo com o parágrafo 2º do artigo 170, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado.

Sala das Sessões, em 03.03.08.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 324

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o adiamento de votação do Projeto de Lei nº 154/07 por 05 Sessões.

Sala das Sessões, em 03.03.08.

(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 320

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, com fundamento no artigo 97, do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa, após ouvido o douto Plenário, seja convocado o Exmo. Sr. Airton Carlos Pissetti, Secretário de Estado da Comunicação Social, para esclarecer a este Parlamento como, quando, porque e em quais condições foram procedidas as suas viagens ao Paraguai, neste ano e no ano de 2007.

Sala das Sessões, em 03.03.08.

(aa) DURVAL AMARAL, DUÍLIO GENARI, MARCELO RANGEL, ADEMAR TRAIANO, VALDIR ROSSONI E ELIO RUSCH.

REQUERIMENTO Nº 303

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais desta Casa, o envio de votos de pesar e de solidariedade à família pelo falecimento do Sr. Jorge Demiate, aos 60 anos de idade, ocorrido ontem, domingo, 1º de março.

Ponta Grossa perde um dos seus filhos mais ilustres e queridos da região dos campos gerais. Desejamos aos familiares nossas condolências nesse momento em que ficam as lembranças e saudades de uma personalidade marcante que fez parte da história do Paraná.

Um grande companheiro de trabalho que durante os dois primeiros anos da minha gestão de Prefeito de Ponta Grossa (2001/2002), pude tê-lo ao meu lado como Secretário de Turismo do município. Demiate deixou o cargo na Prefeitura por um desafio maior. Foi convidado pelo Governador Roberto Requião, em 2003, para assumir a presidência da Paraná Turismo, órgão responsável pelo planejamento e a execução da Política Estadual de Turismo, vinculado à Secretaria de Estado do Turismo.

Com grande experiência no setor, Jorge Demiate incentivou e defendeu a importância da valorização do patrimônio histórico para o desenvolvimento turístico e cultural das cidades paranaenses. Durante os três anos em que esteve à frente da Paraná Turismo, buscou a interiorização do turismo no estado e valorizou as potencialidades turísticas de pequenos municípios. Foi assim que Demiate colaborou com o planejamento e a implantação da Rota dos Tropeiros, projeto turístico inovador que abrange cidades do centro do estado e que hoje está em plena atividade.

Demiate também criou condições para que o turismo religioso, no interior do Paraná, se desenvolvesse e apoiou projetos com objetivo de capacitar novos empreendimentos e criar novas oportunidades de negócios.

É com saudades e boas lembranças que nos despedimos de uma personalidade que fez parte da história do Paraná.

Solicito ainda que seja dada ciência à família, através de correspondência a ser encaminhada à BR-376 - Km 511 - S/N - CEP 84100-010 - Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 03.03.08.

(a) PÉRICLES DE MELLO

REQUERIMENTO Nº 310

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Dr. Jorge Batista Rosas Demiate, ocorrido na cidade de Bagé e sepultado em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03.03.08.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 311

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em ata dos trabalhos desta Casa, voto de pesar pelo falecimento do empresário Jorge Rosas Demiate, ocorrido no dia 02 de março corrente, em Bagé, Rio Grande do Sul

Requer, ainda, seja dado conhecimento deste requerimento à família enlutada, na pessoa da Sra. Flora Lia Demiate, viúva do extinto, com endereço na Fazenda Capão Grande, rodovia 376, Km 511 - CEP 84100-000 Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 03.03.08.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Nascido em Ponta Grossa, onde participou de diversos cargos públicos, Jorge Demiate exerceu as funções de Presidente da Paraná Turismo, tendo sido Diretor Geral do Ministério da Justiça, na gestão de Paulo Brossard e do Ministério de Desenvolvimento Urbano, na época de Deni Schwartz. Nas últimas eleições, candidatou-se à Câmara Federal pelo PMDB, ficando como suplente.

Na iniciativa privada participou da direção de cooperativas agrícolas. No turismo regional, seu trabalho de maior destaque foi a implantação da Rota dos Tropeiros na região dos campos gerais, além do apoio ao desenvolvimento do turismo religioso.

Solidarizamos-nos com a família enlutada, pela perda desse homem público, que certamente deixará uma lacuna para seus parentes e amigos, difícil de ser preenchida.

REQUERIMENTO Nº 313

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual adiante assinado, no uso de suas atribuições regimentais, vem, respeitosamente, REQUERER a emissão de votos de pesar à família do Sr. Jorge Demiate então Presidente da EMBRATUR, em razão de seu falecimento no dia de hoje.

Sala das Sessões, em 03.03.08.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

REQUERIMENTO Nº 313

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual adiante assinado, no uso de suas atribuições regimentais, vem, respeitosamente, REQUERER a emissão de votos de pesar à família do compositor Henrique de Curitiba, autor de músicas eruditas aclamadas em várias partes do mundo, em razão de seu falecimento no dia de hoje.

Sala das Sessões, em 03.03.08.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

REQUERIMENTO Nº 300

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, menção honrosa com votos de congratulações, ao Grupo Teatral 1980 (Guekidan Hati Maru) pela sua brilhante turnê pelo estado do Paraná, em comemoração ao Centenário da Imigração Japonesa no Brasil - IMIN 100.

A peça encenada na turnê “Deixa pra lá” (Ê-janaika) é um original de Shonei Imamura, foi apresentada ontem (02/03/08) em Curitiba, e também em Maringá e Londrina numa verdadeira expressão da tradição da cultura japonesa fazendo por merecer esta menção honrosa.

Sala das Sessões, em 03.03.08.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 302

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à mesa seja enviado voto de congratulações a nova Diretoria da Comunidade dos Municípios da Região de Campo Maurão, microrregião XII, com votos de sucesso nessa nova etapa de trabalho: Presidente: Dirnei de Fátima Gandolfi Cardoso; Vice-Presidente:

João Carlos Klein; 2º Vice-Presidente: João Cláudio Pol; 1ª Secretária: Vera Zanata; 2ª Secretária: Leila Miotto Amadei; 1º Tesoureiro: Adão Aristeu Ceniz; 2º Tesoureiro: Florival Peres de Marco. Conselheiros Fiscal: Henrique Sanches Salla, Fuad Kffuri, Fabiano Antoniassi, Mário César Lopes Carvalho, Nelson José Tureck e Elsa Rodrigues de Oliveira.

Sala das Sessões, em 03.03.08.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 309

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações aos meteorologistas do SIMEPAR, pelo dia do meteorologista comemorado no dia de hoje.

Requer ainda, que se dê ciência aos interessados através de correspondência a ser encaminhada para o Instituto Tecnológico SIMEPAR, no Centro Politécnico da UFPR, Jardim das Américas, Caixa Postal nº 191000, CEP: 81531-990, Curitiba/PR.

Sala das Sessões, em 03.03.08.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 305

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Roberto Requião, DD. Governador do Estado do Paraná, e ao Exmo. Sr. Deputado Nelson Garcia, DD. Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, solicitando a implantação do programa de microcrédito do Banco Social no município de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 03.03.08.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A implantação do programa de microcrédito do Banco Social tem por objetivo diminuir as desigualdades sociais e gerar crédito para quem mais precisa, estimulando a economia e impulsionando a geração de empregos através da prestação de serviços básicos.

Foz do Iguaçu, face a sua localização, apresenta características sócio-econômicas diferenciadas dos demais municípios, sendo imprescindível o apoio do Governo do Estado para investimento na geração de empregos visando absorver a população economicamente ativa, que não possui condições de acesso ao mercado de trabalho, seja por falta de especialização, seja pela própria característica do município, que não possui indústrias ou empresas de grande porte.

O desemprego, a falta de mão-de-obra especializada, somados à suspensão das atividades informais (sacoleiros), levaram a cidade a altos níveis de criminalidade, causando inúmeros problemas à sociedade como um todo.

Faz-se necessário a busca de alternativas do incentivo de ações que propiciem a oferta de trabalho como pequenas empresas de cunho familiar ou não.

Observa-se que o trabalho autônomo tem sido fortemente desenvolvido naquela sociedade, entretanto não refletem grandes mudanças, pois na maior parte das vezes é necessário pequenos investimentos para a sua concretização através da concessão de créditos alternativos, visando a melhora da qualidade dos serviços e/ou produtos.

Dessa forma, acreditamos que a instalação do Banco Social nos moldes hoje estabelecidos pelo Governo do estado, virá de encontro às necessidades de grande parcela da população iguaçuense.

REQUERIMENTO Nº 322

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER, à Mesa seja oficiado ao Prefeito de Maringá e ao Secretário de Saúde do município de Maringá, solicitando aos mesmos a permanência dos plantões com dois pediatras no Hospital Municipal de Maringá, haja vista a importância dos serviços prestados à sociedade maringaense.

Cabe salientar que a pesquisa efetuada no período de férias escolares não reflete a real situação dos atendimentos e procedimento pediátricos no Hospital Municipal.

Trata-se de assunto delicado que deve ser analisado com cautela pelas autoridades constituídas. A saúde pública deve prestar atendimento condizente aos menores, permitindo melhor qualidade de vida aos jovens maringaenses.

Sala das Sessões, em 03.03.08.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 297

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto plenário, seja enviado expediente para a Infra-Estrutura Aeroportuária S.A. - INFRAERO Aeroporto Afonso Pena, para que sejam realizadas diligências na Superintendência do Aeroporto Regional Silvio Name Filho, em Maringá, em razão do cancelamento de operações da Empresa TAM Linhas Aéreas naquele aeroporto, sob alegação da cobrança de altas taxas para a utilização daquele campo de pouso.

Tendo conhecimento que a INFRAERO, é responsável pelo controle de todos os aeroportos do estado, e, considerando, que a comunidade maringaense e da região noroeste não pode prescindir dos serviços prestados pela TAM, pela qualidade deles e pelo porte da empresa, como representante Parlamentar da região solicito tal diligência, até para que seja preservado o nome do município.

Sala das Sessões, em 03.03.08.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 298

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente para a Superintendência Municipal do Aeroporto Regional Silvio Name Filho de Maringá, solicitando a possibilidade da realização de estudos para a redução ou extinção da taxa de controle de tráfego aéreo para as empresas que operam na cidade de Maringá.

Faz tal solicitação em razão de ter chegado ao seu conhecimento que a Empresa TAM Linhas Aéreas, pretende deixar muito brevemente de operar na cidade de Maringá, por não aceitar a cobrança das altas taxas cobradas nesse aeroporto, e, por ter conhecimento, existem estudos para elevar ainda mais a taxa de R\$ 17 mil para R\$ 24 mil, o que é um custo exorbitante em se comparando com os demais aeroportos onde a empresa opera.

Considerando que a cidade e a região terão altos prejuízos se a TAM deixar de operar em Maringá, em razão da qualidade de seus serviços, e, que a dispensa dos funcionários e o fechamento do escritório da empresa, causarão um problema social.

Solicita, ainda, o estudo da possibilidade desses serviços a serem entregues à INFRAERO, o que reduziria o seu custo a zero.

Sala das Sessões, em 03.03.08.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 299

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente à empresa TAM Linhas Aéreas, solicitando reconsideração sobre a decisão de encerrar suas atividades na cidade de Maringá.

A empresa se tornou muito importante para os usuários de Maringá e região noroeste do estado, que, em sendo mantida a decisão de fechamento do escritório, da dispensa dos funcionários e de encerramento das operações de vôo de seus aviões naquela cidade, criará por certo um problema social.

Requer, ainda, que a Assembléia Legislativa pela sua Comissão de Transportes esteja enviando todos os esforços no sentido de convencer a Administração Municipal do aeroporto a extinguir a taxa cobrada, entregando o controle para a INFRAERO, possibilitando assim a manutenção das operações em Maringá.

Pede-se que, mesmo que seja mudado o porte dos aviões que fazem aquela linha, a empresa não deixe de operar em Maringá, para benefício dos usuários daquela região.

Sala das Sessões, em 03.03.08.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 315

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Presidente da FERROESTE - Sr. Samuel Gomes dos Santos, solicitando a inclusão do município de Santa Helena no projeto de ampliação da Ferrovia - Estrada de Ferro Paraná Oeste - sentido Cascavel a Foz do Iguaçu e Cascavel a Guaíra, interligando até o Porto Internacional de Santa Helena.

Do aprovado requer ainda, cópia do presente requerimento aos Vereadores da Câmara Municipal de Santa Helena.

Sala das Sessões, em 03.03.08.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento, é objeto de solicitação dos Vereadores da Câmara Municipal de Santa Helena.

Justificamos o presente requerimento tendo em vista que o município de Santa Helena conta com grande fluxo de escoamento em massa da produção no Porto Internacional, sendo de extrema importância a interligação à ferrovia para o desenvolvimento do município e região. Destaca-se também que o maior escoamento de grãos do país vizinho - Paraguai é feito através deste Porto.

Ressalte-se ainda que a conjugação dos modais hidroviários (Porto Internacional de Santa Helena) e ferroviário, tornará a região mais competitiva em termos de custo de transporte, comparada com a praticada atualmente. Outro ponto a ser considerado é o privilégio relevo geográfico da região, que não geraria gastos elevados nas obras.

Com mais esta via de transporte o município de Santa Helena também será grande beneficiado na movimentação anual de insumos agrícolas impulsionando o desenvolvimento do município e região.

REQUERIMENTO Nº 316

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Educação, Maurício Requião, solicitando a instalação do Núcleo Regional de Educação no município de Santa Helena abrangendo os municípios de Entre Rios do Oeste, São José das Palmeiras, Pato Bragado, Diamante do Oeste como também os municípios de Missal e Itaipulândia, atualmente pertencentes ao Núcleo Regional da Educação de Foz do Iguaçu.

Tal solicitação nos foi encaminhada pela Câmara de Vereadores do município de Santa Helena, objeto da Indicação nº 276/07.

Justifica-se a presente solicitação, tendo em vista que o município de Santa Helena está localizado na microrregião do extremo oeste do Paraná, e pertence atualmente ao Núcleo Regional da Educação do município

de Toledo, que fica distante aproximadamente 100 Km de Santa Helena. Com a instalação do Núcleo Regional da Educação em Santa Helena a população não terá mais que arcar com as despesas de transporte, como também facilitará o acesso aos serviços prestados pelo Núcleo aos municípios vizinhos, trazendo dessa forma grandes benefícios para atendimento da demanda.

Do aprovado requer ainda, cópia do presente requerimento aos Vereadores da Câmara Municipal de Santa Helena.

Sala das Sessões, em 03.03.08.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

REQUERIMENTO Nº 319

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER, ao Secretário de Estado da Educação, Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, após ouvido o douto Plenário, informar relativamente aos 22 mil televisores multimídia adquiridos para as escolas estaduais, o que segue:

- Quantos televisores já foram entregues nas escolas? Em quais escolas?

- Como foi feita a entrega dos televisores? Foi contratada alguma empresa transportadora? Em caso positivo, qual a transportadora e qual o custo do serviço contratado?

- Os acessórios (pen-drives e os racks), adquiridos para os televisores já foram entregues? Quantos e em quais escolas?

- Os equipamentos já estão sendo utilizados pelos professores da rede pública escolar? Em quais escolas?

- Houve pagamento de aluguel à CODAPAR pelo armazenamento dos televisores? Em caso afirmativo, qual o valor pago e o período em que os aparelhos ficaram armazenados.

- Como estão sendo feitas a produção e a edição do conteúdo em vídeo para utilização em sala de aula? Alguma produtora foi contratada para produzir e editar este material? Foi procedida licitação para tanto? Qual empresa e qual o valor do serviço? Já houve pagamento? Quanto?

- Foi contratada alguma empresa para desenvolver softwares para a produção dos vídeos e/ou transformação dos arquivos para que possam ser visualizados nos televisores multimídia?

- Em caso afirmativo, informar ainda: A contratação foi licitada? Qual empresa prestará esse serviço? Qual o valor do serviço contratado? Qual o software desenvolvido? Qual a finalidade desse software?

Sala das Sessões, em 03.03.08.

(aa) DUÍLIO GENARI, VALDIR ROSSONI, MARCELO RANGEL, ADEMAR TRAIANO E ELIO RUSCH.

REQUERIMENTO Nº 323

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER a transcrição nos Anais da Casa, a matéria intitulada Uma lei para salvar vidas nas estradas, do Senador Osmar Dias, publicada no Jornal Gazeta do Povo do dia 03/03/08.

Sala das Sessões, 03.03.08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 055/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º No estado do Paraná, conforme permissivo previsto no inciso V, do artigo 7º, da Constituição Federal, nos termos da Lei Complementar nº 103, de 14/07/00, o piso salarial dos empregados integrantes das categorias profissionais abaixo enunciadas será de:

I - R\$ 627,00 (seiscentos e vinte e sete reais) - para os trabalhadores agropecuários e florestais;

II - R\$ 630,00 (seiscentos e trinta reais) - para os empregados domésticos, serventes, trabalhadores de serviços de conservação, manutenção, empresas comerciais, industriais, áreas verdes e logradouros públicos, não especializados, contínuo e mensageiro; auxiliar de serviços gerais e de escritório; empregados do comércio não especializados; cumim e bar boy;

III - R\$ 632,00 (seiscentos e trinta e dois reais) para classificadores de correspondências e carteiros, trabalhadores em serviços administrativos, cozinheiros, operadores de caixa, lavadeiras e tintureiros, barbeiros, cabeleireiros, manicures e pedicures, operadores de máquinas e implementos de agricultura; pecuária e exploração florestal; trabalhadores de tratamento de madeira, de fabricação de papal e papelão, fiandeiro, tecelões e tingidores, trabalhadores de curtimento, trabalhadores de preparação de alimentos e bebidas, trabalhadores de costura e estofadores, trabalhadores da fabricação de calçados e artefatos de couro, vidreiros e ceramistas, confeccionadores de papel e papelão, dedetizadores, pescadores, vendedores, trabalhadores do serviço de higiene e saúde, trabalhadores de serviços de proteção e segurança; trabalhadores de serviços de turismo e hospedagem;

IV - R\$ 634,00 (seiscentos e trinta e quatro reais) - para trabalhadores da construção civil, despachantes, fiscais; cobradores de transporte coletivo, trabalhadores de minas, pedreiras e contadores, pintores, cortadores, polidores e gravadores de pedras, pedreiros, trabalhadores de fabricação de produtos de borracha e plástico e garçom;

V - R\$ 636,00 (seiscentos e trinta e seis reais) - para administradores, capatazes de explorações agropecuárias, florestais, trabalhadores de usinagem de metais, encanadores, soldadores, chapeadores, caldeireiros e

montadores de estruturas metálicas, trabalhadores das artes gráficas, condutores de veículos de transportes, trabalhadores de confecção de instrumentos musicais, produtos de vime e similares, trabalhadores de derivados de minerais não metálicos, trabalhadores de movimentação e manipulação de mercadorias e materiais, operadores de máquinas de construção civil e mineração, telegrafistas e barmen, trabalhadores de edifícios e condomínios;

VI - R\$ 638,00 (seiscentos e trinta e oito reais) - para trabalhadores de serviços de contabilidade e caixas, operadores de máquinas de contabilidade e de calcular, operadores de máquinas de processamento automático de dados, secretários, datilógrafos e estenógrafos, chefes de serviços de transportes e comunicações, telefonistas e operadores de telefone e telemarketing, trabalhadores da rede de energia e telecomunicações, supervisores de compras e de vendas, compradores, agentes técnicos de vendas e representantes comerciais, mordomos e governantas, trabalhadores de serventia e comissários (serviço de transporte de passageiros), agentes de mestria, mestre, contramestres, supervisor de produção e manutenção industrial, trabalhadores metalúrgicos e siderúrgicos, operadores de instalações de processamento químico, trabalhadores de tratamento de fumo e de fabricação de charutos e cigarros, operadores de estação de rádio, televisão e de equipamentos de sonorização e de projeção cinematográfica, operadores de máquinas fixas e de equipamentos similares, sommelier, maitre de hotel, ajustadores mecânicos, montadores e mecânicos de máquinas, veículos e instrumentos de precisão, eletricitistas, eletrônicos, joalheiros e ourives, marceneiros e operadores de máquinas de lavar madeira, supervisores de produção e manutenção industrial.

Parágrafo Único. A data-base para reajuste dos pisos salariais é de 1º março.

Art. 2º Os pisos fixados nesta lei não substituem, para quaisquer fins de direito, o salário-mínimo previsto no inciso IV do artigo 7º da Constituição Federal.

Art. 3º Esta lei não se aplica aos empregados que têm piso salarial definido em lei federal, convenção ou acordo coletivo e aos servidores públicos municipais.

Parágrafo Único. Caso o piso salarial constante de acordo coletivo de trabalho ou convenção coletiva de trabalho seja inferior ao valor do piso salarial instituído nesta lei, será garantido ao trabalhador pagamento do valor ora instituído.

Art. 4º A presente lei aplica-se aos trabalhadores domésticos.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de março de 2008.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.03.08.

(a) ANTONIO BELINATI

JUSTIFICATIVA:

Constantemente o DIEESE tem realizado estudos em diversas regiões do país, a respeito da elevação do custo de vida e das necessidades mínimas de renda de que necessita o trabalhador brasileiro para o seu sustento e o de sua família. Atualmente esses estudos apontam que a classe trabalhadora precisaria de salário-mínimo mensal superior a 1600 reais para um padrão de vida sem regalias. O ideal é que os novos valores do salário-mínimo em nosso estado fossem reajustados de conformidade com as avaliações do DIEESE. Como o empresário paranaense não vive um momento de tranquilidade no caixa de suas empresas, optamos por apresentar uma solução intermediária. Ela ajuda um pouco no orçamento dos trabalhadores e não impõem grandes sacrifícios para os empregadores. Daí a necessidade de aprovação do presente projeto de lei de minha autoria.

PROJETO DE LEI Nº 056/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a “Fundação Cultural Nossa Senhora de Lourdes de Maringá.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.03.08.

(a) DR. BATISTA

JUSTIFICATIVA:

A Fundação Cultural Nossa Senhora de Lourdes de Maringá, entidade sem fins lucrativos, tem por objetivo a defesa e o aprimoramento integral da pessoa humana e a promoção humana e espiritual aos moradores do município de Maringá e região.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Pequeno Expediente, primeiro orador inscrito, com a palavra o Deputado Reni Pereira.

Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Através da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, desta Casa, fomos designados para na última quinta-feira, numa Comissão juntamente com o Deputado Luiz Fernandes Litro e o Deputado Ribas Carli Filho, estar na cidade de Dois Vizinhos para acompanhar um acidente ambiental.

Pois bem, o que percebemos naquela cidade inicialmente é que algumas pessoas até interpretaram que poderia ter ocorrido uma denúncia vazia a esta Casa, e poderia ter um contexto político nessa denúncia. Mas, passado mais de 20 dias da data que ocorreu ou que se constatou o acidente, é que quem chega naquele local infelizmente se depara com algo que realmente é uma visão catastrófica do meio ambiente.

Visitamos inúmeras nascentes de água, a mais de 200 metros onde teria ocorrido vazamento de óleo diesel. Existiam alguns tonéis lá ainda. Inclusive, houve uma equipe de reportagem que filmou e provavelmente vamos passar na Comissão de Meio Ambiente. Ao invés de verter água, Deputado Edgar Bueno, vertia óleo diesel. Já não dá mais para constatar o dano com relação ao rio porque todas as nascentes estão acima do rio, questão de cinco, três, dez metros, porque colocaram serragem e estão fazendo um dreno diretamente das nascentes para esses tonéis. Existia lá mais de cinco tonéis.

Mas, segundo informações da pessoa que poderia ser a causadora do acidente, isso mais uma vez, é uma surpresa, Deputado Jocelito, que o IAP delegou a função de coordenar a equipe de fiscalização, a uma equipe da ESSO que é a bandeira do posto de gasolina que teria causado esse acidente.

Nós, de uma maneira bastante imparcial, estavam presente os Prefeitos, os Vereadores, o próprio empresário constatando que realmente a população do Paraná quando percebe que alguma coisa precisa ser feita com mais isenção, ela tem se socorrido desta Casa. O que nós fizemos foi justamente cobrar do IAP, do Prefeito, que aliás, essa denúncia que chegou nesta Casa, já tinha chegado anteriormente à prefeitura. Segundo nos foi noticiado, foi a prefeitura que acionou o IAP. O IAP por sua vez delegou essa fiscalização, pediu ajuda.

Precisamos, realmente, através das fotos requerer ao Diretor-Presidente do IAP, que providências estão sendo tomadas. Porque quem chega naquele local, onde continua aparecendo óleo diesel, óleo lubrificante, e na hora em que nós estávamos lá ainda veio de um cano desses de 100 milímetros uma enxurrada de água suja com detergente. Na hora falei: mas isso aqui não é permitido! Informaram-me que na regra do IAP pode despejar resíduos da lavagem, na hora, no rio. Na hora que estamos lá.

Então é algo muito preocupante, valeu a pena essa Casa ter constituído essa Comissão, que certamente não tem a possibilidade de resolver, mas tem com certeza o dever de buscar a solução. E finalmente para concluir esse horário do Pequeno Expediente, dizer que na própria quinta-feira, voltando para Foz do Iguaçu, na sexta de manhã passamos no município de São Miguel, Deputado Dobrandino, cidade que o senhor também representa, e percebemos que principalmente a Igreja Católica está fazendo uma mobilização na sociedade, e numa reunião com a Vereadora Marilde Fajon, eles

pediram para que o Prefeito da cidade resolvesse o problema. Mas não é um problema do Prefeito, é um problema da COPEL, Deputado Romanelli. E trago aqui essa explanação que existe na aldeia Avaguarani do município, e realmente esta aldeia está passando por muitas necessidades, aproximadamente 80 famílias, e dessas a grande maioria não tem a energia, e algumas que têm a ligação de energia estão com a energia cortada porque não conseguem pagar, e não têm fonte de renda.

Nesse sentido, Deputado Romanelli, passo às suas mãos para que V. Exa. solicite à Diretoria da COPEL para que tome providência de pelo menos religar a energia elétrica para essas famílias. Tenho certeza que a Carta de Puebla se aplica também aos indígenas do Paraná. E tenho visto aí que o Governo tem feito residências para essas famílias, e com certeza eles não têm o mínimo de renda para garantir isso.

Então, passo esse requerimento dessa Vereadora, que iria fazer ao Prefeito, e eu falei: olha, isso tem que ser feito através da COPEL, que com certeza a COPEL vai religar essa energia nessa tribo.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Neste final de semana tivemos através dos jornais, através de alguns debates uma radiografia do orçamento de Curitiba para este ano, e nos chamou muito a atenção, porque recentemente todos aqui acompanharam, foi feita uma matéria na Folha de São Paulo sobre a cidade de Curitiba, sobre a quantidade de pessoas que tem sido, principalmente jovens que têm morrido na cidade de Curitiba. E isso foi objeto de intensos debates aqui em Curitiba, no estado do Paraná todo, mas principalmente debates pela falta de espaços públicos, pela falta de investimentos que temos, e aí, por consequência, uma situação bastante rápida que alguns não entenderam, mas que eu acho produtiva, foi lançada a Secretaria Antidrogas de Curitiba.

Pois bem, fui ao orçamento, porque temos tido um contato grande com a área da criança e do adolescente, até no ano que passou eu era representante desta Casa nesta Comissão. E o que me chamou a atenção é que Curitiba tem um orçamento de R\$ 3 bilhões e 204 milhões. Sem dúvida nenhuma um grande orçamento. Um dos maiores do Brasil, é o 7º Colégio Eleitoral, a quarta cidade em PIB do Brasil.

Mas vejamos, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, falamos tanto em violência, falta de vagas em escolas estaduais, como aliás há uma denúncia no Ministério Público, e esquecemos que muito dessa violência começa justamente quando nós fazemos - e o Dr. Olímpio Sotto Maior, que é uma das pessoas que trabalha na área da criança, da juventude e da infância, tem insistido quando

nós fazemos o orçamento. O orçamento de Curitiba reserva para a área da infância, para a construção de creches e manutenção de creches, R\$ 6 milhões e 300 mil de um orçamento de R\$ 3 bilhões e 204 milhões. Temos de 30 a 50 mil crianças em fila de espera hoje.

Paralelo a isso, e me chama a atenção porque são duas áreas que deveriam ser atendidas prioritariamente, os senhores sabem qual é o orçamento que temos para a habitação, para a COHAB? R\$ 5 milhões e 500 mil do Fundo de Habitação, num orçamento de 21 milhões. Ou seja, a política habitacional de Curitiba vem sendo feita basicamente pelo Governo Federal. A política de apoio à criança e ao adolescente praticamente não existe em Curitiba. E não é demais lembrar que paralelo a isto temos um orçamento que destina cerca de 15 a 16 milhões para publicidade, para a comunicação.

Então, fico pensando: nós criamos diversas Secretarias aqui em Curitiba - Deputado Strapasson, o senhor que é de Colombo, região metropolitana, que tem impacto também na violência toda de Curitiba e da região metropolitana - mas esquecemos que a raiz desta violência está justamente na falta de equipamentos públicos e particularmente na falta de vagas para crianças em creches, na falta de habitação para as camadas mais pobres da nossa população. Embora seja eficiente e produtivo que tenhamos a iniciativa, de pouco adianta tentarmos fazer uma Secretaria Antidrogas e dar a ela um caráter repressivo se não entendermos e não atentarmos que enquanto tivermos 20 a 25 mil crianças sem vagas em creches, cerca de 259 áreas em Curitiba de habitação irregular, o que significa 300 mil pessoas em área de habitação irregular, tratarmos da habitação como se fosse algo secundário, porque é destinado pouco mais de 0,47% do nosso orçamento, continuaremos tendo problemas. Não neste ano, não no ano que vem, mas em todos os próximos anos, problemas cada vez maiores.

Não é possível pensarmos que uma família que não tem um local adequado para deixar seus filhos, que uma mãe e um pai que não podem trabalhar, que muitas vezes estão à margem da economia formal, irão ter condições de educar seus filhos, irão ter condições de criar seus filhos, irão ter condições de que estas crianças se insiram na nossa economia e se insiram na sociedade.

Quero fazer este registro, porque este é um debate que faremos aqui em Curitiba. É preciso que tenhamos clareza de que Curitiba, embora tenha muitas ações positivas, continua sendo uma cidade que exclui a maioria da sua população para a periferia da cidade. E por isso mesmo faremos uma Audiência Pública para debatermos este problema da falta de vagas em escolas e creches no estado do Paraná, especificamente em Curitiba. Este problema, sem dúvida nenhuma, debateremos aqui, porque junto a Curitiba, a região metropolitana tem um impacto enorme nas políticas que Curitiba faz.

Quero, no momento adequado, combater com as Sras. e Srs. Deputados, porque uma cidade tão rica, com orçamento tão grande, de 3 bilhões e 204 milhões, destina tão pouco para suas crianças.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Luz Nishimori.

Deputado Luiz Nishimori (PSDB)

O SR. LUIZ NISHIMORI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

(Lê):

“Ocupo a tribuna desta Casa para, como um dos representantes da sociedade maringaense, apresentar uma questão muito preocupante que foi anunciada durante o final da semana passada.

Trata-se da empresa de transportes aéreos TAM que deverá encerrar as suas atividades na cidade de Maringá, deixando de operar no Aeroporto Silvio Name Filho.

Esse anúncio tomou à todos de surpresa, não só os usuários de Maringá, como os de toda a região noroeste que se utilizam do sistema de transporte de passageiros da TAM.

Alguns problemas levaram a TAM a tomar essa atitude, como o problema de ocupação dos aviões, pois, existe alegação de que caiu a procura dos usuários.

Outro problema é o do aumento da taxa de utilização do aeroporto, que passou de R\$ 17 para R\$ 29 mil, muito acima da inflação, pois, trata-se de prestação de serviços e o aumento exorbitante não tem qualquer justificativa.

Os funcionários da TAM já receberam o aviso prévio da companhia, estão preocupados e não têm culpa no processo.

No ano passado, já fizemos uma denúncia solicitando providências sobre o sistema de balizamento da pista de pouso, naquela época administrada pela Nordeste, que apagava as luzes quando da aterrissagem dos aviões da TRIP, quando acionamos a Comissão de Transportes da Assembléia Legislativa que lá esteve comprovando a veracidade das denúncias.

Depois disso o problema parecia resolvido, quando o controle passou para a Administração Municipal até que surgiu esse problema do aumento da taxa operacional.

Também é preciso rever o problema da cancela de acesso ao aeroporto, que tem causando transtornos para os usuários do Aeroporto Silvio Name, que têm enfrentado enormes filas. Ontem mesmo, a fila se estendia por mais de um quilômetro e meio, somente para ter acesso ao aeroporto.

Essa cancela já recebeu o apelido de “pedágio para se chegar ao estacionamento”, ao ponto de receber denúncias do Ministério Público, gerando até o pagamento de valores altos para a empresa Ingá, em prejuízo dos cofres municipais.

Isso é um absurdo!

Por isso, sugerimos à Administração Municipal de Maringá que seja reduzida a taxa de cobrança para pousos e decolagem no Aeroporto Silvio Name e que seja entregue o seu controle para a INFRAERO, como é feito nos principais aeroportos, o que por certo colocaria ponto final no problema de centenas de usuários de Maringá e região.

Estou apresentando nesta data três requerimentos. Um para a Superintendência Municipal do Aeroporto, um para a TAM Linhas Aéreas e um para a INFRAERO, todos eles relacionados ao fato do encerramento das operações da TAM em Maringá.

Esse problema é ruim para Maringá e região, pois significa um retrocesso no seu processo de crescimento. Maringá precisa crescer e não regredir!

Muito obrigado!”

A SRA. CIDA BORGHETTI (PP) (**Pela Ordem**)

Gostaria de comunicar esta Casa e também o Deputado Luiz Nishimori, os Deputados de Maringá, Dr. Batista, Teruo, me somando ao pronunciamento do Deputado Luiz Nishimori sobre o acontecido com a empresa de Maringá, o Prefeito acaba de fazer uma ligação, está passando para os gabinetes dos Deputados Luiz Nishimori, Deputado Teruo e Deputado Batista, convite aos Deputados desta Casa, para que na quarta-feira às 10h da manhã, possam estar junto com o Prefeito Silvio Barros, de Maringá e a empresa TAM da cidade de São Paulo para tratar de assunto tão importante, que é a questão da retirada da empresa TAM da cidade de Maringá.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Passamos a palavra à Deputada Rosane.

Deputada Rosane Ferreira (PV)

A SRA. ROSANE FERREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

(Lê):

“No dia 08 de março de 1857, nos Estados Unidos, operárias de uma fábrica de tecidos resolveram fazer greve para reivindicar melhores condições de trabalho, equiparação de salário com o dos homens e o tratamento digno dentro do ambiente de trabalho.

A manifestação foi reprimida com total violência. As mulheres foram trancadas dentro da fábrica que foi incendiada. Aproximadamente 130 tecelãs morreram carbonizadas, num ato totalmente desumano.

É devido a este trágico fato da história, que no dia 08 de março comemoramos o Dia Internacional da Mulher, que foi oficializado pela ONU apenas em 1975, 118 anos depois do dia em que as valentes operárias foram brutalmente mortas.

Apesar da luta dessas mulheres pela igualdade e justiça, ainda hoje o gênero sofre com a discriminação, com baixos salários, violência masculina, jornadas excessivas de trabalho e desvantagens na carreira profissional.

Reunidas há mais ou menos 15 dias, as Deputadas desta Casa com o Fórum Popular de Mulheres, decidiu que durante toda esta semana discutiremos a ‘Política Pelo Olhar da Mulher’.

Coube a mim fazer o primeiro pronunciamento.

No dia 24 de fevereiro de 1932 ficou instituído no Código Eleitoral Brasileiro o voto feminino, que proporcionou o direito das mulheres de votarem e serem eleitas para cargos do Poder Executivo e Legislativo, após 111 anos da primeira eleição geral no país, onde apenas homens podiam votar.

No mesmo ano da implementação do voto feminino no Brasil, ou seja, 1932, foram eleitas Carlota Pereira de Queirós, a primeira Deputada Federal pelo estado de São Paulo e, posteriormente, Berta Lutz, em 1934, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal.

Em 1947, no Paraná, ocorre uma mobilização pela igualdade de representação política entre homens e mulheres, resultando na eleição da primeira mulher para a Assembléia Legislativa do nosso estado, Dra. Rosy Pinheiro Lima, pela UDN - União Democrática Nacional, de 1947 a 1950, para a 1ª Legislatura da Assembléia. Sua eleição configurou como uma exceção, pois nos 33 anos seguintes nenhuma outra mulher foi eleita no Paraná, período no qual, também enfrentamos a ditadura militar que se estendeu de 1964 a 1985.

Na 10ª Legislatura, nos anos de 1983 a 1986, foram eleitas duas mulheres para Assembléia do Paraná: Irondi Pugliesi e Amélia de Almeida Hruschka, ambas pelo PMDB.

Na 11ª Legislatura, nos anos de 1987 a 1990, foram reeleitas Irondi Pugliesi e Amélia Hruschka, sendo que Irondi foi a candidata mais votada entre as mulheres, com 37 mil e 304 votos. Pena que o Deputado Waldyr Pugliesi não esteja aqui, porque poderíamos usar aquela frase 'Atrás de um grande homem tem sempre uma grande mulher'. Foram eleitas também Arialba do Rocio Freire, como suplente, e Vera Antonia Agibert, do PMDB.

Na 12ª Legislatura, nos anos de 1991 a 1994, novamente se reelegeu Irondi Pugliesi, agora pelo PP, e uma nova Deputada foi eleita: Emília de Salles Belinati, pelo PDT.

Na 13ª Legislatura, 1995 a 1998, foi eleita Lygia Pupatto, sendo a única mulher Parlamentar na Assembléia, nesse período.

Na 14ª Legislatura, nos anos de 1999 a 2002, foi eleita uma mulher de 1º mandato: Serafina Martins Carriho, do PSDB. E assumiram duas mulheres, posteriormente, como suplentes: Luciana Rafagnin e Marlene Salete Casagrande Pereira.

A 15ª Legislatura, nos anos de 2003 a 2006, tivemos quatro mulheres na Assembléia: a reeleita Deputada Luciana Rafagnin, do PT e eleitas para 1º mandato: Arlete Caramês, do PPS; Elza Correia, do PMDB e a Deputada Maria Aparecida Borghetti, do PP, o que representou o equivalente a 7,1% do total de Deputados Estaduais nessa Legislatura, a maior média já alcançada no estado do Paraná, mas ainda muito abaixo dos 12,5% da média nacional para Legislaturas Estaduais.

Neste ponto, cumpre destacar que a partir de 1995 foi implementado o sistema de cotas de gênero nas eleições, reformulado posteriormente pela Lei nº 9504 de

1997, que estabelece que partidos em todas as esferas legislativas tenham 30% dos seus candidatos com diversidade de gênero, o que garantiu maior representatividade feminina nas eleições. Há um equívoco e tem que ficar bem esclarecida essa questão: as pessoas pensam que a cota é a cota de mulheres. Na verdade, é uma cota que propicie o gênero. Ainda sonho que tenhamos, um dia, uma chapa de candidatos à Assembléia Legislativa ou às Câmaras Municipais que tenha 70% de mulheres e aí tenhamos que garantir a participação dos homens pela questão de respeito às cotas de gêneros. Talvez, esse tempo não esteja tão longe. Entretanto, somente após oito anos da implementação das cotas de gênero, em 2003, ano da 15ª Legislatura, é que essa política começa a ter seus efeitos visíveis nas eleições do estado.

A política de cotas para mulheres gera diversas controvérsias. Muitas argumentações reconhecem que as cotas são importantes, mas que não aumentam de fato a participação feminina. Outras colocam que este sistema é o único possível para que se criem grupos ativos de mulheres dentro dos partidos.

De uma forma ou de outra, a discussão iniciada pelo sistema de cotas traz uma visibilidade necessária ao problema da representação feminina na política e, é de extrema importância para garantir, ao menos no âmbito eleitoral, um percentual de representatividade feminina e abrir caminhos para a ampliação do debate sobre o tema.

O que nós observamos é que a participação feminina na política paranaense vem crescendo paulatinamente, principalmente após a implementação das cotas de gênero para as eleições proporcionais.

Por último, cumpre destacar a 16ª Legislatura que se iniciou no ano passado, 2007, e se estenderá até 2010, na qual temos quatro mulheres exercendo suas funções parlamentares: Deputada Luciana Rafagnin do PT e Cida Borghetti do PP que foram reeleitas, eu, Rosane Ferreira do PV e minha nobre colega, Deputada Beti Pavin do PMDB.

É importante salientar que nós mulheres representamos mais de 50% dos eleitores do estado. A nível nacional, segundo dados do TSE, o eleitorado feminino é de 51,7% do total de 127,4 milhões de votantes no Brasil. E, dos 1,7 milhões de novos eleitores que se alistaram no ano passado, 1 milhão foram mulheres. No final do ano de 2007, o eleitorado feminino superou em 4,6 milhões o número de homens e, é o maior em todas as faixas etárias.

Quero aproveitar ainda para ressaltar que desde 1947, ano da 1ª Legislatura e da eleição da primeira mulher para a Assembléia Paranaense, tivemos apenas 15 mulheres Parlamentares até os dias de hoje, constataando com o número de homens que foi de, aproximadamente, 890 Deputados que passaram por esta Casa, considerando os suplentes e os que foram reeleitos diversas vezes.

Para finalizar, faço algumas considerações finais quanto à participação da mulher na política estadual.

Sem a participação política das mulheres não há democracia.

A reduzida presença das mulheres na política representativa significa um comprometimento da democracia, já que as mulheres representam 51% da população e não podem permanecer excluídas dos espaços de poder e de decisão sobre os rumos da sociedade.

A igualdade de direitos e de oportunidades constitui o ponto de partida nas sociedades ditas democráticas.”

Muito obrigada, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próxima oradora inscrita, Deputada Cida Borghetti.

Deputada Cida Borghetti (PP)

A SRA. CIDA BORGHETTI

Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, Deputado Nelson Justus; 1º Secretário da Assembléia Legislativa, Dr. Batista; 2º Secretário, Professor Luizão, nosso querido amigo Deputado; Sras. e Srs. Deputados; imprensa e convidados.

É com satisfação que hoje apresentamos o Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Conselheiro Dr. Nestor Baptista, bem como o Sr. Gérson Luiz, Coordenador da Escola de Tribunal de Contas, em razão da inauguração da Escola de Gestão Pública do Tribunal de Contas.

É um dia a ser lembrado, quando a Corte de Contas busca capacitar os funcionários e Gestores públicos, para a utilização mais eficiente dos recursos públicos.

(Lê):

“O Tribunal de Contas paranaense é precursor nos treinamentos dos Gestores públicos e, a partir de hoje, passa a dispor de estrutura específica para os treinamentos. Cabe-nos lembrar que é uma honra para a Assembléia Legislativa ver nosso Presidente, Deputado Nelson Justus, fazendo a aula inaugural. O saber é uma conquista e nesse constante caminhar, o Tribunal de Contas se une a esta Casa em momento tão importante, buscando as sábias palavras do nosso Presidente.

Aqui, no Legislativo paranaense, nós também estamos na fase de implantação da escola, já disponibilizamos para os funcionários cursos não presenciais em convênio com a UNISUL e com a Escola do Senado Federal.

Já há alunos cursando graduação em áreas de Gestão Pública e acreditamos que o aprimoramento dos nossos funcionários é também o crescimento do Poder Legislativo. Antes das estruturas está o homem e é nesse fator humano que investimos buscando qualidade de vida e desenvolvimento para o serviço público.

Cumprimentamos todos os Gestores públicos que colocam seus nomes para trabalhar em favor da sociedade e buscam aprimoramento constante para o fiel exercício dos cargos públicos ocupados.”

Também citamos Paulo Freire:

“Eu sou um intelectual que não tem medo de ser amoroso, eu amo as gentes e amo o mundo. E é porque

amo as pessoas e amo o mundo, que eu brigo para que a justiça se implante antes da caridade.”

Agradeço a oportunidade, Sr. Presidente, de estar com o senhor e a Mesa Diretora, implantando nesta Casa de Leis também a Escola do Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra a Deputada Luciana Rafagnin.

Deputada Luciana Rafagnin (PT)

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero parabenizar, aqui, a Deputada Cida por sua luta na Escola do Legislativo, acompanhamos esse trabalho junto à Mesa e sabemos de toda a sua dedicação, acredito que a escola vai contribuir muito com esta Casa. Da mesma forma, quero parabenizar a Deputada Rosane pelo seu pronunciamento, aqui, neste dia, abrindo a semana em que trabalhamos, comemoramos, celebramos a semana da mulher, o mês da mulher, as nossas lutas, as nossas conquistas.

Deputada Beti, no decorrer desses anos e, de uma maneira especial, o exemplo de luta, de coragem daquelas 129 mulheres em 1857, quando deram a própria vida lutando por uma vida mais digna, lutando para que fossem respeitadas e valorizadas como mulheres. Nesse sentido, neste mês, nós comemoramos, então o Dia Internacional da Mulher, dia 08 de março, mas comemoramos, aqui combinado, já conversado com as quatro Deputadas que esta semana estaremos falando bastante da mulher, porque é importante que a sociedade reconheça esse papel importante que tem a mulher.

E faço uso da tribuna, neste dia, Sr. Presidente, porque tem um assunto especial que eu gostaria de pedir a atenção dos Srs. Deputados e das Sras. Deputadas, não pedir a tenção, mas sim pedir o apoio, pedir o voto de vocês para um projeto importante que está na pauta de hoje, é o primeiro item da Ordem do Dia de hoje, um projeto que vem do Poder Executivo, mas ele instituiu no estado do Paraná a política de segurança alimentar e nutricional. Esse é um projeto já bastante debatido com o CONSEA e com a Frente Parlamentar. E gostaria de saudar o Vice-Presidente do CONSEA, o Luciano, junto com toda a equipe, todos os companheiros que compõem o CONSEA, e também a nossa Frente Parlamentar, o Deputado Edson, que é o Vice-Presidente dessa Frente, a Deputada Rosane, o Deputado Zucchi, o Deputado Péricles, o Deputado Cheida, todos estão fazendo um trabalho bonito, um trabalho brilhante junto à Comissão e que tem dado bons resultados no nosso estado do Paraná. E esse projeto vai ao encontro de uma reivindicação que a Frente discutiu junto com o CONSEA e que é importante a implantação aqui no estado do Paraná das políticas de segurança alimentar e nutricional. Ficamos felizes. E parabenizo o Governador Roberto Requião por ter essa

compreensão e ter encaminhado a esta Casa esse projeto, porque são ações como as que o CONSEA vem desenvolvendo no estado que vão diminuir a desigualdade social no nosso estado do Paraná.

Queria aqui destacar que hoje se olharmos nas ações que são feitas, desenvolvidas aqui pelo Governo do Paraná, ações que são desenvolvidas junto com o Governo Federal, temos no país mais de 11 milhões de famílias que estão sendo beneficiadas pelo Bolsa-Família. No Paraná, até setembro de 2007, foram cadastradas 1.474 famílias que estão sendo atendidas pelo Bolsa-Família. Esse Programa que é desenvolvido junto ao combate à fome, combate à miséria no nosso estado, o PAA - Programa de Aquisição de Alimentos, trouxe ao Paraná R\$ 17 milhões entre o ano de 2004 a 2006. E de janeiro a julho de 2007, o PAA investiu 12 milhões e meio na compra da produção de mais de 21 mil agricultores e beneficiou cerca de 844 mil consumidores. Isso é muito importante, porque quando falamos do PAA, esse Programa de aquisição de alimentos, é um trabalho que está sendo desenvolvido no nosso estado e ele não apenas pensa e leva o alimento àquelas famílias que infelizmente ainda hoje não conseguem sobreviver sem ter um apoio, sem ter esse incentivo por parte do Governo do Estado e por parte do Governo Federal, mas ele também beneficia os pequenos agricultores, porque esse produto que está sendo comprado, está sendo comprado dos pequenos agricultores, ou seja, da agricultura familiar.

Então, para nós é muito importante ações como essas. E se olharmos de uma maneira especial e pensarmos que de janeiro a junho foram investidos mais de R\$ 12 milhões e isso beneficiou mais de 21 mil agricultores, significa mais cidadania e mais igualdade também para os nossos agricultores.

O Programa Fome Zero, de 2000 a 2007...

(É cortado o som - um minuto para concluir)

...foram implantadas 497 hortas comunitárias e mais 130 cozinhas comunitárias. O leite das crianças tem atendido mais 170 mil crianças, no nosso estado. Essas são ações que buscam uma igualdade social no nosso estado, que buscam diminuir a miséria e a fome que temos no estado do Paraná.

Queria aqui parabenizar o CONSEA - Conselho de Segurança Alimentar, pelo trabalho brilhante que vem fazendo e mais uma vez também agradecer a todos os Deputados da Frente Parlamentar que têm contribuído para que possamos levar esse trabalho, também aqui no estado do Paraná.

Mas, de uma maneira especial, pedir aos Srs. Deputados o apoio, o voto nesse projeto, que é um projeto que só vem a somar. Não vai onerar o estado de maneira alguma, mas ele se soma às ações com outras Secretarias, com outras ações já desenvolvidas no nosso estado.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passamos ao Grande Expediente, o primeiro orador inscrito o Deputado Stephanes Júnior, por 15 minutos.

Deputado Stephanes Júnior (PMDB)

O SR. STEPHANES JÚNIOR

Sr. Presidente, membros da Mesa, Deputadas e Deputados, senhoras e senhores, hoje as meninas da imprensa, os jornalistas vão estranhar porque o assunto é uma denúncia, mas não é política.

Recebi semana passada, está aqui conosco inclusive o Sr. Moacir Moura da ASSOSUPER - Associação Paranaense dos Fornecedores dos Supermercados. Hoje, diria que os fornecedores dos supermercados de modo geral passam por uma situação muito difícil. Vou tratar especificamente da Rede Wal Mart, que é uma rede, talvez a maior rede do mundo de varejo, e adquiriu no Brasil a rede SONAE, agora, que já é dona de marcas como Mercadorama, Nacional e Maxi. Ela tem o Bom Preço, no nordeste. Hoje talvez, no varejo, represente mais de 50% do mercado do Brasil. Com essa postura que é quase um monopólio, ela tem imposto condições difíceis aos fornecedores do Paraná e do Brasil.

Existe um contrato de adesão que todo fornecedor, para poder vender as redes do grupo, têm que aderir, onde nesse contrato, hoje, 13% do seu faturamento na hora de pagar, ela retém. Agora ela quer aumentar para 23%.

Vocês sabem que isso, além de ser um abuso para o fornecedor, representa na prática sonegação fiscal. Por que sonegação fiscal? Porque ela se credita de 100% do valor do ICMS, das notas fiscais, sabendo que sempre vai pagar 13% e agora 23%. Quando a Receita Estadual ou Federal vai fazer uma verificação, ela não tem acesso a essas informações. Isso é algo entre ela e a outra parte - entre as redes Wal Mart e o seu cliente.

Então, há uma sonegação fiscal, todo o mês. Estamos falando de algo gigantesco, e que nunca, quando a Receita vai verificar, ela consegue, realmente, apalpar esse assunto, porque na prática está tudo ok. É uma coisa entre Wal Mart e o seu fornecedor.

Além disso, quando há devolução de mercadoria para o fornecedor do Wal Mart, por qualquer razão a mercadoria tem que ser devolvida, eles não emitem a nota fiscal de devolução, também se creditando no valor da nota inteira, quando a lei exige que a nota fiscal de devolução seja emitida. Isso configura não só sonegação fiscal, mas há fortes indícios de um caixa 2. Na minha opinião, a Rede Wal Mart, ao fazer essa prática regularmente, criou um caixa 2 na empresa. E isso passa despercebido aos olhos de todo mundo. Mas além dessa parte fiscal, que é tão importante, a principal é para os fornecedores.

Lembro-me que aqui nesta Casa de Leis, acho, não tenho certeza, mas o Dobrandino pode lembrar, no ano de 2000 houve uma CPI, quando o SONAE comprou o Mercadorama, eles impuseram condições muito difíceis, draconianas aos seus fornecedores e pequenos agricultores do Paraná, cinturão verde aqui de Curitiba, fornecedores de um modo geral, passaram por uma situação de quase quebrar, que é o que está acontecendo agora novamente. Hoje o Wal Mart está impondo condições draconianas, difíceis. A briga deixou de ser briga por melhores preços. Isso nós queremos, nós defendemos a livre concorrência e

defendemos que se procure comprar pelo melhor preço, para se vender pelo melhor preço, para que o consumidor final seja beneficiado.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB) (Aparte)

Nobre Deputado, quero lhe parabenizar porque traz sua preocupação à tribuna da Assembléia, em defesa do nosso consumidor e dos fornecedores. Na verdade, esta multinacional, se não tomarmos providências do sentido de denunciar, eles realmente farão um estrago no Brasil. Os pequenos vão desaparecer. E no momento em que vão desaparecendo os pequenos comerciantes, vão fazendo os preços que eles querem. Então, já recebi inúmeras denúncias. Lá em Foz tem um supermercado deles, e a reclamação dos fornecedores é gritante. Temos visto aí uma catástrofe que vai chegar logo se não tomarem alguma providência.

Obrigado pelo aparte.

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB)

Obrigado, Deputado Dobrandino.

Isso que o Deputado Dobrandino levantou agora, que acontece em Foz do Iguaçu, é em toda cidade do Brasil. Eu queria, já que estamos aqui com o Sr. Moacir Moura, está aqui na tribuna, que é o Presidente da Associação Paranaense de Fornecedores de Supermercados, gostaria de pedir ao Presidente Nelson Justus para que talvez possa recebê-lo para que escute o que ele tem a falar, porque isso é muito sério. Estamos falando de fornecedores do Paraná que estão sendo obrigados neste mês agora, março e fevereiro, a fazerem um novo desconto unilateral do valor que pagam, sem aumentar o valor de venda, ou vão ficar de fora do mercado. Não é uma negociação, é uma imposição por parte do Wal Mart ao seu fornecedor, e isso prejudica a economia. Passamos de um ponto de deixar de ser livre iniciativa, de briga por preço; mas de imposição. E isso é muito ruim.

Essa Casa foi muito atuante, mais ou menos no ano de 2000, quando a SONAE comprou o Mercadorama e fizeram isso também naquela época com os fornecedores do Paraná todo, e esta Casa fez uma CPI, chamou a Rede SONAE aqui e eles modificaram os contratos com os fornecedores do Paraná. E não estamos falando de empresa grande, eu não estou falando da Nestlé, essa não precisa do nosso apoio.

Na realidade seria essa a minha mensagem. Temos uma Comissão aqui que cuida de assuntos ligados ao consumidor, à defesa econômica. Vou levar isso para ela e vou pedir ao meu amigo e Presidente que receba o Moacir para conversar a respeito desse assunto.

Obrigado, senhores.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no horário do Grande Expediente, com a palavra o Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (Partido Democratas)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Havia assumido um compromisso comigo mesmo, Deputada Beti, eu não iria me manifestar sobre determinado assunto, por enquanto, aqui na Assembléia Legislativa, mas toda a grande mídia agora neste final de semana tem noticiado alguns acontecimentos registrados na América Latina. E eu, como Parlamentar e como cidadão, me sinto no dever e na obrigação de fazer algumas considerações.

Há alguns dias, a Assembléia Legislativa foi palco quando do início dos trabalhos do ano legislativo. Daquela tribuna, o Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, deixou clara a sua preferência nas eleições do vizinho país, Paraguai. Primeiro ponto: acho que o administrador de um estado, ou mesmo de um país, jamais deveria se envolver nas eleições de outros países, ainda mais quando esse país é parceiro, como é o Paraguai. Existem problemáticas? Existem, claro que existem. Existem problemas de segurança? Existem. Envolve problema de tráfico, de roubo, entre a fronteira do Brasil e Paraguai, existe? Existe. Mas, acima de tudo, temos que respeitar a soberania dos países. E respeitar o que a nossa Constituição nos escreve.

No Brasil não aceita que partidos políticos recebam recursos internacionais. É proibido pela Constituição.

Como um administrador do Brasil, Governador do Estado do Paraná, vai se envolver numa eleição do Paraguai?

É claro que toda ação corresponde a uma reação. O Governo Paraguaio respondeu ao Governador Roberto Requião.

Não estamos nesse assunto. Longe disso! Que o Paraguai cuide de suas eleições e nós cuidamos da nossa. Não podemos aceitar que use a estrutura governamental para dar suporte a uma determinada candidatura, seja do país A ou país B. Não nos interessa!

E, conforme as notícias, ficou claro e evidente que o Secretário da Comunicação Social, desde o ano passado, tem ido ao Paraguai para auxiliar a candidatura de Fernando Lugo - ex-Ministro daquele país.

O Aírton Pissetti é Secretário do Estado 24 horas por dia, sim. Como eu sou Deputado 24 horas por dia, 30 dias durante o mês e 365 dias durante o ano.

Se ele quiser coordenar e dar suporte à determinada eleição, que se licencie, saia do cargo público que está exercendo.

Aí, vem outras questões que me deixam confuso. Posso estar enganado! Tomara que eu esteja enganado!

Vamos pegar outros países da América. Quem é o grande Líder, aliás, que se intitula e quer, a toda força, ser o Líder das Esquerdas aqui da América? O Presidente da Venezuela, Hugo Chávez.

A imprensa tem noticiado que uma pessoa muito próxima de Hugo Chávez foi levar US\$ 800 mil para uma campanha eleitoral na Argentina. E que foi pego.

Aí vem a questão da Bolívia e o Brasil sobre a PETROBRAS. Quem deu sustentação para a Bolívia? Hugo Chávez. E o nosso Presidente Lula recua, entrega a PETROBRAS para a Bolívia.

Depois vem a questão do Equador. Vem as FARC da Colômbia. As FARC, de repente, ultrapassam, o que eu entendo, todos os seus limites. E o mundo inteiro fala em direitos humanos. Eles sequestraram, há três, quatro anos, uma Senadora que seria candidata à presidência da república. E ela está até hoje nas mãos das FARC.

Qual é o objetivo das FARC? Entendemos que, lá na Colômbia, o Presidente foi eleito. E o que as FARC querem fazer? As FARC são diferentes do MST. Entendo que são diferentes. As FARC são guerrilheiros. É uma guerrilha instalada naquele país, que seqüestra as pessoas.

Agora, a Colômbia vai usar a força, vai invadir outro território. Não sou favorável, longe disso, mas entram no Equador e matam o segundo homem das FARC. Qual foi a reação da Venezuela, que não tinha nada a ver com a história? O Hugo Chávez usa toda força armada, põe na divisa e dá total apoio ao Governo do Equador. Isso me dá o direito de pensar: unem-se os companheirinhos que pregam a Esquerda, valendo no interesse de quê? Qual é o objetivo disso? Eu disse no começo: quero estar errado, mas se continuar da forma como está, nós da América não estamos longe de uma revolução ou de uma guerra civil. É perigoso demais. Então, por que o nosso governante, do nosso estado, adota politicamente um candidato do Paraguai?

Existem 400 mil brasiguaios no lado do Paraguai. Desses 400 mil brasiguaios, 80 a 90% são paranaenses e quando eu, como Governador, vou tomar uma atitude dessa, tomar partido em favor de determinado candidato à presidência da república, caso outro venha a vencer, será que não corremos o risco de vir uma represália em cima do nosso estado? Não venho eu defender a Blanca, que é a candidata oficial do Partido Colorado. Não venho eu defender o Lino Oviedo, que é candidato de um outro partido. Não venho eu defender, aqui, o Fernando Lugo. Que o Paraguai faça suas eleições e que se respeite o resultado das urnas, como aqui no Paraná se respeitou o resultado das urnas.

Roberto Requião ganhou a eleição por 5 mil e 200 votos. Não 10 mil votos. Tira 5 mil e 200 votos daqui, põe para lá, Osmar Dias seria o Governador do Paraná, mas é uma diferença mínima. Isso é histórico na eleição de estados da nossa federação. Nunca houve uma diferença tão mínima, tão pequena na história da república brasileira, mas respeita-se o resultado das eleições e assim deve-se respeitar o resultado das eleições dos outros países.

Já que o Paraguai é o nosso parceiro nas questões estratégicas, que é o caso da Itaipu Binacional, que é responsável por 25% da geração de toda energia que consumimos no Brasil, será que não pensamos nas consequências se nos envolvermos numa eleição? Não é o Roberto Requião, é o Governador do Paraná. Essa é a condenação que faço.

O Sr. Caíto Quintana (PMDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Nobre Deputado Elio Lino, acho que V. Exa. está dando um peso em demasia a uma declaração feita no Brasil, no estado do Paraná, do Governador Roberto Requião dando preferência a um candidato. Nada mais do que isso. O Governador Requião não esteve no Paraguai, não foi fazer campanha no Paraguai, não tem absolutamente nada a ver com o Paraguai. Manifestou, como qualquer cidadão manifesta, sua simpatia pela Hillary Clinton ou pelo Obama ou pelo Pedro ou pelo Paulo, naturalmente.

Veja bem, se V. Exa. for analisar, sua avaliação sobre a Colômbia, sobre a Venezuela, é interferir mais no problema do outro país do que a declaração de simpatia de voto do Requião. Portanto, o Governador do Paraná não tem nada a ver. Se o Secretário da Comunicação esteve lá, é um problema a ser resolvido administrativamente, não tem conflito político nenhum. É apenas uma preferência de voto.

O que eu acho interessante, Deputado Elio Lino, é que eu não vi V. Exa., e nenhum da Oposição, dizer uma palavra, um questionamento, uma defesa ao Paraná, quando um Senador paraguaio, em uma emissora de rádio, aqui do Paraná, fez acusações levianas e falsas contra o Governador Requião. Muitas pessoas devem ter vibrado com isso. Não vi V. Exa. defender essa equidistância da preferência ou essa interferência em outro país, como um Senador paraguaio, ligado ao Governo do Paraguai, fez em uma emissora daqui.

Vamos deixar esse discurso parado, porque ele só serve para valorar uma declaração, que não tem interferência nenhuma na eleição do Paraguai. Quem ganha é quem tiver mais votos, seja 10 mil ou 100 mil. A maioria é sempre representada por um voto a mais do que o outro, e é isso que vale.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Deputado Caíto Quintana, é por essa razão que não entramos no mérito da questão, nem das colocações do Roberto Requião e nem da colocação do Senador da República do Paraguai. Não sou irresponsável e não vou fazer o que o Presidente da República falou, no final de semana, para o Judiciário: “Não meta o nariz, porque aqui você não apita”. Não fiz e não vou fazer essas considerações. Não defendi o Requião e também não vou defender o Governo paraguaio. O que estamos discutindo são relações diplomáticas, que envolvem dois países parceiros. O Governador Roberto Requião não está participando da campanha, mas o seu assessor direto, Pissetti, está lá desde o ano passado, não licenciado, não saiu do Governo, sustentando a candidatura do Fernando Lugo.

Concedo um aparte ao Deputado Plauto.

O Sr. Plauto Miró (Partido Democratas)

Ouç o seu pronunciamento e quero me somar a ele.

A América Latina vive um momento delicado. É uma tendência ideológica, que toma conta de uma boa parte dos países da América Latina. A Colômbia vem enfrentando uma linha política contrária, onde dentro das FARC - Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, eles utilizaram, nasceram e apareceram dentro da política desse país, oriundos do Partido Comunista. Depois, de uma linha política e ideológica, tornou-se um grupo de guerrilha, onde pessoas são seqüestradas. Essa linha ideológica que está tomando conta da América Latina está fazendo com que haja uma grande movimentação e preocupação. O país vizinho, o Paraguai, tem como um dos seus candidatos o Lugo.

Somo-me ao seu pronunciamento, não concordo com o que está acontecendo em alguns países da América Latina, em especial na Colômbia, onde esse grupo revolucionário, envolvido com o narcotráfico, está criando uma grande confusão.

Obrigado.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Agradeço o seu aparte.

Transmitir na Sessão de hoje, apenas a nossa preocupação. Não podemos aceitar que governantes brasileiros interfiram no processo eleitoral, se não ele diretamente, mas os seus assessores. Vamos apresentar um requerimento, hoje, para esclarecer todas as dúvidas.

Horário das Lideranças:**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Passa-se ao Horário das Lideranças: PDT; Bloco PPS/PMN; Bloco PTB/PR.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, por 10 minutos, Deputado Jocelito Canto.

Liderança do Bloco PTB/PR: Deputado Jocelito Canto (PTB)**O SR. JOCELITO CANTO**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Presidente, hoje utilizo o Horário das Lideranças para cobrar aqui um requerimento que é mais um daqueles que não é atendido - o Governo desrespeita o Parlamento quando não informa o que deveria informar. É mais um requerimento, Sr. Presidente, que já venceu o prazo, é um requerimento que foi remetido por esta Casa por V. Exa., pelo Deputado Alexandre Curi, no dia 29 de novembro de 2007. O requerimento solicita da Secretária Maria Marta Lunardon, as seguintes informações: "Quantos aparelhos celulares são utilizados pelo Governo do Estado? Houve processo licitatório para a contratação da empresa operadora? Em caso negativo, qual foi o processo utilizado para a escolha? Qual é a empresa operadora dos aparelhos celulares utilizados pelo Governo do

Estado? Há limite de gastos para cada celular? Qual é o limite? Qual é a forma utilizada para se chegar a esse limite? Quanto o Governo do Estado gastou com contas de celular nos anos de 2006 e 2007 até o presente momento?"

Esse requerimento, Sr. Presidente, está sem resposta. O Poder Legislativo, mais uma vez, foi desrespeitado pelo Governo do Estado e o Governo do Estado precisa cumprir o que determina a lei. A lei determina que as informações devidamente aprovadas nesta Casa, devem ser respondidas na medida em que vencer o prazo.

Espero que após esse meu pronunciamento, primeiro, o nosso Presidente Nelson Justus cobre do Governo, que encaminhe imediatamente as informações aqui solicitadas, porque que já houve prazo suficiente para isso. E, segundo, que o Governo tenha um pouco mais de respeito por aquilo que foi aprovado nesta Casa, porque afinal o Governador não é o dono do Paraná, ele é Governador por um período de quatro anos e deve, nesse período, de acordo com a Constituição que aqui jurou ao assumir de cumpri-la, cumprir a Constituição é cumprir com os requerimentos aprovados nesta Casa.

Então, faço esse pedido no sentido de que o Governo imediatamente responda esse pedido de informação, que é um requerimento aprovado nesta Casa. Espero que isso ocorra o quanto antes.

Por outro lado, ouvi aqui o pronunciamento do Deputado Caíto Quintana, do Deputado Elio Rusch, essa confusão envolvendo o Paraguai, e nós já temos, Deputado Plauto, temos documentos que estão aqui na Casa, o Deputado Marcelo Rangel já tem alguns documentos, eu tenho outros, e não há mais dúvida nenhuma que o Secretário Pissetti esteve no Paraguai por mais de 11 vezes. E nessas vezes que lá esteve, ele deixou de trabalhar aqui no Governo do Estado.

Deputado Caíto Quintana, V. Exa. citou que ninguém deve interferir aqui nem lá, mas quem deu o primeiro tiro no sentido de começar essa guerra foi o Governador Requião. Foi ele que, desta tribuna, anunciou o seu apoio ao candidato Lugo e a reação veio depois. E o Deputado Caíto falou que o Requião não foi ao Paraguai fazer pronunciamento. Foi sim. Semana passada o Governador foi ao Paraguai levar vacinas contra febre amarela. Eu até quero saber como é que faz para levar vacina para febre amarela, o Governador levou daqui 35 mil doses, me parece, e entregou em um momento meio esquisito dessa briga no Paraguai. Ele levou as vacinas para lá e ninguém questionou aqui. Ele levou, entregou no Paraguai. E quem começou toda essa confusão foi exatamente ele. Então, quem começou toda a briga a respeito do Paraguai, quem deu a primeira declaração foi o Requião, foi desta tribuna. O Governo paraguaio respondeu de lá através de um Senador. Houve o revide daqui. O Governador foi lá no Paraguai, dentro do Paraguai, em Ciudad del Leste e lá dentro desaforou o Presidente do Paraguai. Lá dentro, em solo paraguaio, ele fez um comentário quando foi entregar as vacinas, e mandou o Presidente entregar o cargo para o Lugo.

Então, quem começou toda a confusão, mais uma vez foi o nosso encenqueiro. Ele que arrumou essa encrenca. Foi ele que começou.

Essa questão que envolve o Secretário, o Secretário disse que já vai devolver o dinheiro agora. O Secretário está anunciando que vai devolver o dinheiro, pelo menos eu li nos jornais, referente aos dias que ele não trabalhou aqui, segundo os jornais escreveram. Então ele está admitindo que realmente esteve lá. Agora não cabe mais a nós ficarmos discutindo isso. Cabe ao Ministério Público, para ver se houve ilegalidade, se houve improbidade. O Ministério Público às vezes entende que há, às vezes que não há.

Enfim, só para esclarecer que tudo isso começou graças a alguém que fez uma revelação ao Governador. “Governador, o Bispo vai ganhar as eleições do Paraguai.”

Cuidado com o soldado, o soldado está armado até os dentes. Cuidado, vocês aí, aguardem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Democratas.

(Declina)

PP. Com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobre Presidente, Deputado Nelson Justus, Deputada Cida Borghetti, Deputada Rosane, que bom que a nossa Casa tem Parlamentares ilustres, inteligentes, estou vendo que aqui estamos buscando a solução inclusive para os conflitos, os problemas dos países vizinhos ao Brasil. Tomara que haja paz entre os nossos irmãos aqui da América do Sul.

Não tenho essa capacidade de trazer aqui ilustração sobre a política internacional. Então, respeitosa-mente, nobres Pares, trago para a apreciação do Plenário um projeto bem “feijão com arroz”, bem à moda brasileira, sobre o salário-mínimo.

O Governo, de maneira caridosa, ia dar R\$ 13,70 de aumento no salário-mínimo, mas resolveu arredondar a conta para R\$ 13,80. Aumentou mais 10 centavos para ninguém reclamar: R\$ 13,80 por dia, com esse dinheiro para o trabalhador pagar remédio, roupa, sapato, comida, gás, água, luz, telefone, por aí afora.

O mesmo Governo, de maneira carinhosa, ficou com dó dos Ministros e falou: “Para vocês R\$ 450 de diária, por dia.” Tem Ministro que viaja mais que o Comandante da TAM ou da GOL. Tem Ministro que está mais a bordo do avião do que o próprio piloto. Porque o piloto tem os dias de escala. Daí, tem Ministro que não sai da base eleitoral dele para fazer politicagem, não é para resolver o problema do povo. Cada dia que estiver lá em Uberlândia, Uberaba, no Amazonas, no Piauí, onde quer que esteja, picota além do salário e das outras mordomias, mais R\$ 450 de diárias para o Ministro. Coitado do Ministro, afinal o Ministro tem pouca vantagem: não paga a casa que mora, não paga combustível, não paga telefone e vai por aí afora.

Então, Presidente, aproveitando esse momento do salário-mínimo, já que a Constituição não estabelece quem é que tem que promover o reajuste salarial da classe trabalhadora, e foi um ex-Governador do Rio de Janeiro, Antony Garotinho, que quebrou o tabu de deixar apenas nas mãos do Presidente da República a tarefa de dar o salário-mínimo para o país inteiro. Ele foi o primeiro Governador que instituiu o salário-mínimo regional com índice diferente que o do Rio de Janeiro. Depois, em boa hora, essa moda foi aqui muito bem copiada no Paraná. Só que falar num salário de R\$ 415 para um trabalhador sustentar ele e a esposa e dois ou três filhos, é muito pouco.

Já que temos essa prerrogativa, digo aqui no projeto conforme previsto no inciso V, do artigo 7º da Constituição Federal do Brasil. Estou me pautando aqui no artigo 7º da Constituição Federal do Brasil, nos termos da Lei Complementar nº 103, de 14 de julho de 2000. Estou apresentando, nobre Presidente, um projeto de lei mudando os valores do salário-mínimo aqui no Paraná. Porque volto a repetir, a Constituição não diz é do Governador ou do Parlamento.

E se é nossa também essa atribuição, devemos discutir esse assunto sim. Não devemos comprar um enlatado, votar naquilo que já vier pronto. Temos que ter aqui o direito de discutir, debater e chegar ao nível compatível de um salário-mínimo necessário para o trabalhador.

Nobre Presidente, se fôssemos fazer uma demagogia aqui, era tão fácil copiar o que diz o DIEESE. O DIEESE diz que um trabalhador, a família pequena hoje teria que ganhar um salário de mais ou menos R\$ 1.600 por mês.

Seria fácil fazer aqui um projeto de lei dizendo que um salário-mínimo no Paraná vai ser de R\$ 1.600. É quase certo que a Casa não vai aprovar.

Os empresários vão reagir dizendo que não tem caixa. Modestamente, pedindo até o perdão à classe trabalhadora porque ainda não é o nosso projeto de lei que V. Exas. vão poder analisar, vão poder discutir. Queira Deus que prevaleça o bom senso, estabelecendo pelo nosso projeto. Se aprovado, o menor salário-mínimo no Paraná, o menor piso, o menor-salário será de R\$ 627. Varia de categoria para categoria, indo o menor piso salarial para R\$ 638.

É muito pouco ainda pela necessidade de um chefe de família. Mas é a contribuição que cabe a nós, legítimos representantes da classe trabalhadora, aprovarem com urgência e que esse reajuste não fique engavetado, mas que ele seja aprovado com brevidade e que ele possa vigorar já retroativo, já a partir do dia 1º de março deste ano.

Portanto, estamos alterando não o salário-mínimo de R\$ 415, mas o piso mínimo de R\$ 627. Queira Deus que um dia todos nós possamos festejar que o Governo venha para o salário-mínimo que aquele empregado, por aqueles sindicalistas tão competentes, os técnicos do DIEESE que hoje falam em salário de R\$ 1.600, para poder proporcionar e oferecer um padrão de vida compatível com a necessidade mínima de uma família brasileira.

É bom lembrar, Presidente Nelson Justus, V. Exa. que é um homem humano e justo, o Governo dá 9,21% de aumento no salário-mínimo, que o Governo vai receber uma boa parte disso só no mês de abril. E nesta mesma semana já estão falando em aumentar o preço do pãozinho em 10%. Quando Getúlio Vargas criou o salário-mínimo, quando ele criou as leis trabalhistas e a Previdência Social, foi visando dar condições de vida decente ao povo brasileiro.

Lamentavelmente, quando o Governo dá com a mão 9,21%, quando fala em criar tantos obstáculos e aumentar a alíquota do Imposto de Renda, V. Exas. vão falar: trabalhador não paga Imposto de Renda. Mas, o patrão, pagando, vai repassar o custo para o produto que é comprado pelo povo brasileiro, e estoura sempre na cabeça do mais fraco, do pequeno, do nosso trabalhador. Qualquer aumento de alíquota do Imposto de Renda é o custo de vida que vai ficar mais caro, com um salário que está encalhado. Lembrando o que saiu na semana passada, na imprensa, que no Governo Fernando Henrique Cardoso o salário-mínimo teve um aumento de poder de compra de 44%. No Governo Fernando Henrique Cardoso, que era considerado um Governo de rico, de burgueses. E agora, o Lula, no Governo de um ex-Líder sindical, ex-grevista, ex-piqueteiro, o salário teve aumento de apenas 37% no seu poder de compra.

Então, não é justo impor à classe trabalhadora este sacrifício maior. E termino apelando aos nobres Pares: é bom para o próprio empregador. É bom para o próprio empresário. Pagando bem o empregado, pagando bem sua empregada, eles vão poder comprar mais. Então, o dinheiro acaba tendo um giro muito maior. É bom para o Brasil quando temos um povo trabalhador ganhando dentro das suas reais necessidades.

Por isso, termino defendendo nosso projeto: salário-mínimo, aqui no Paraná, que ninguém que nenhuma categoria perceba salário inferior a R\$ 627. Ainda é pouco, mas é um primeiro grande passo para darmos aos nossos trabalhadores, o respeito e o valor de que eles são merecedores, por parte de todos nós.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No horário destinado ao PT, com a palavra o Deputado Professor Luizão.

Liderança do PT: Deputado Professor Luizão

O SR. PROFESSOR LUIZÃO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Aproveito para justificar a ausência do Deputado Elton Welter, que está no Vale da Ribeira, acompanhando o lançamento do Programa Territórios da Cidadania. Estive lá pela manhã e pude constatar a expectativa da população daqueles municípios.

Estivemos lá reunidos com representantes de vários Ministérios, já que o Programa envolve 15 Minis-

térios do Governo Lula, de forma direta. E mais quatro de forma indireta. Então, estiveram lá representantes destes diversos Ministérios, os Prefeitos dos municípios que serão beneficiados pelo Programa, Vereadores, representantes das associações comerciais, das associações da sociedade civil e a expectativa é muito grande. Uma região para os Deputados que conhecem esta região, uma região bastante sofrida, esquecida durante muitos anos, porque uma região de difícil acesso, uma região onde o terreno é muito quebrado, dificuldade para a agricultura.

Então, as populações destes municípios ficaram durante muito tempo de forma quase que isolada. Longe de todos os recursos que poderiam existir, já que o acesso sempre foi difícil. Ficou bem melhor após o Governo Requião e o Governo Lula. Porque o Requião pavimentou o acesso até Cerro Azul, depois de muitos anos, muitas promessas e muitos políticos conseguiram votos naquela região, prometendo asfaltar aquele acesso. E o Governo Requião, há três meses atrás pavimentou aquela estrada, melhorando as condições daquela população. E o Governo Lula pavimentou a Estrada da Ribeira, até o município de Adrianópolis. Uma localidade que sem pavimentação asfáltica tinha muita dificuldade das pessoas poderem acessar aquela localidade.

Então, é uma região que depois de muitas promessas, muitos governos que se elegeram prometendo, receberam voto, apoio da população daquela região e após muito sofrimento e muita reivindicação, o Governo...

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Esta presidência interrompe V. Exa. por apenas alguns minutos para anunciar a presença nesta Casa do Ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, que veio hoje participar de um programa na nossa TV SINAL, e nos visita hoje.

Suspendo a Sessão por cinco minutos para que possamos cumprimentar o Ministro.

Logo em seguida, Deputado Professor Luizão, V. Exa. prossegue na sua locução por mais oito minutos.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está reaberta a Sessão.

Solicito ao Deputado Litro que possa ocupar o lugar do 1º Secretário. E solicito ao Professor Luizão que retome o seu pronunciamento na tribuna, por oito minutos.

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT)

Retomando aqui a minha fala e também desejar as boas-vindas ao Ministro Reinhold Stephanes que tem contribuído muito com o Governo Lula, principalmente nesses últimos dias em que teve que torrear os fazendeiros e a União Européia.

Sobre o encontro que tivemos em Cerro Azul, a população está bastante satisfeita tanto com o Governo Estadual quanto Federal.

São governos que priorizam as populações que mais precisam. Ali no Vale da Ribeira têm municípios que, durante muitos governos endividaram os municípios e, hoje, só tem dois municípios que têm a CND, que podem receber recursos, transferências voluntárias dos Governos Estadual e Federal.

Essa ação do Governo Federal possibilita que os municípios, independente da condição da certidão, consigam receber os benefícios.

Serão diversas ações que serão feitas de forma integrada. E as que já existem serão unificadas. Assim será possível controlar melhor a concessão dos benefícios e os novos investimentos. As pessoas que hoje dependem do Programa Bolsa-Família terão uma porta de saída do Programa Bolsa-Família com a dinamização dos empreendimentos rurais daquela região. Eles vão poder diversificar a sua produção, terão melhores condições para vender os seus produtos.

Então, a expectativa é muito grande. E a pavimentação asfáltica feita pelo Governo do Estado na região de Cerro Azul e na região do Vale da Ribeira desenvolveu muito e trouxe uma nova esperança para todo aquele povo.

Também quero comentar sobre uma pesquisa feita pelo INEP, que faz um balanço e uma comparação dos salários da Educação no Brasil.

E a pesquisa revela que durante o Governo Lula, de 2003 a 2006, os professores tiveram um aumento de 39% nos seus rendimentos salariais.

E o Paraná se destaca em relação a muitos estados no Brasil. No Paraná o aumento foi de 47%. Isso para uma inflação de 17,3%.

Os profissionais da Educação tiveram, em média, um aumento salarial de 18% de aumento real. Não é reposição. Isso significa uma valorização do magistério. Isso significa que tanto o Governo Lula quanto o Governo Requião vêem que o desenvolvimento tem que passar pela valorização da Educação. E, claro, não é possível falar da valorização da Educação sem pagar bem os professores. Esse aumento, no Paraná, foi depois de muito tempo sem aumento nenhum.

Durante muito tempo, nós da Educação, víamos a inflação corroer os nossos salários, sem respaldo nenhum do Governo.

No Paraná, durante muitos anos, o magistério penou muito. Houve uma defasagem enorme, já que muitos professores deixaram a Educação e foram procurar outras alternativas de sobrevivência, porque na Educação, infelizmente, não era possível. Hoje, esta situação está se revertendo, muitos professores estão voltando para a Educação e os que estão na Educação estão com boas perspectivas, principalmente porque o Paraná, de uma forma corajosa, inédita no Brasil, colocou em lei que os recursos para Educação, que o mínimo é 25% da arrecadação, no Paraná, por lei, é 30%.

No ano passado, fiscalizamos e acompanhamos a execução do orçamento e constatamos que realmente foi aplicado 30% na Educação. Esses 30% nos dá a garantia

de que, daqui para frente, os funcionários vão ser valorizados, os professores vão continuar com essa valorização salarial e capacitação constante. Temos recursos que vão garantir a construção de novas escolas, reforma das unidades que estão necessitando de reformas e equipamentos.

Quero relatar que, fora a polêmica dos televisores laranjas, as escolas que estão recebendo os televisores, os professores que estão fazendo uso desse recurso, estão muito satisfeitos, porque é uma inovação tecnológica muito importante, é um atrativo muito importante para o aprendizado dos alunos e uma ferramenta de fundamental importância de auxílio ao professor.

O Sr. Teruo Kato (PMDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Gostaria de parabenizá-lo pelo pronunciamento e dizer, realmente, dessa política que está sendo implantada no Paraná, na Educação. Hoje, verificamos os professores fazendo parte do Programa de Desenvolvimento da Educação e isso quer dizer que estão sendo formados profissionais para que possa estender esse conhecimento a toda rede de professores do Governo do Estado.

Neste final de semana, em Paranavaí, estive participando da formatura de alunos que se formaram em técnicos de química. Uma área que o Governo do Estado tem dado uma importância muito grande é a formação de técnicos em nível de 2º grau, e para nossa felicidade, de um grupo de mais de 40 alunos, a maioria já está empregado, ou seja, fazendo curso técnico, mas com emprego garantido. Então, acho que são essas políticas que temos que, realmente, incentivar que venha...

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Um minuto para que V. Exa. possa concluir.

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT)

Teruo, obrigado pelo seu aparte. Desculpe, mas o tempo é curto, mas muito boa sua intervenção, porque tivemos um período, aqui no Paraná, durante o Governo Lerner, que foram praticamente extinguidos os cursos profissionalizantes da escola pública do Paraná. Isso causou um grande prejuízo à nossa população, porque os nossos jovens passaram a ir para o mercado de trabalho sem o mínimo de noção, de capacitação.

Hoje, os cursos técnicos estão retornando e, como o senhor mesmo relatou, muitos alunos estão saindo do 2º grau já com uma profissão, já com condições de ingressar no mercado de trabalho.

Obrigado, Sr. Presidente, e numa outra oportunidade debateremos mais sobre Educação.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Obrigado a V. Exa!

Esta presidência tem a satisfação, em nome do Deputado Litro, de anunciar a presença em nossa Sessão do Manuel Cuba, ex-Prefeito de Guaíra; da Edilaine

Villalba Ortiz, Vereadora de Guaíra e do Sr. Raimundo Frasso. Sejam bem-vindos. Agradecemos a presença de todos na Sessão de hoje.

No horário das Lideranças, PSDB. Com a palavra o Sr. Deputado Valdir Rossoni, por 10 minutos.

Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, meu caro Deputado Praczyk.

Volto novamente a um assunto, devido à incompetência do Governo em trazê-lo de volta. Vou lhe oferecer algumas “pérolas”, V. Exa. pode nos auxiliar porque é um profundo entendedor da questão dos televisores laranjas.

Professor Luizão, ninguém está contestando o televisor em sala de aula, mas as irregularidades na compra e na condução do processo. Tenho encontrado professores que elogiam essa atitude do Governo e não quero ser contra os avanços na Educação. Não dá mais para engolir. Quando achamos que os televisores já foram entregues às salas de aula, descobrimos novidades.

Eu não estava aqui quando foram fazer a visita ao barracão onde estavam os televisores. Eles chegaram no mês de maio e no final entregues no mês de setembro e outubro. O que foi pago de aluguel no barracão dá para construir outro, 1 milhão e meio, para guardar os televisores. A Secretaria de Educação, na ânsia de justificar o que havíamos denunciado, distribuiu aos professores o manual, dizendo que os softwares eram gratuitos e estavam sendo instalados pela empresa que vendeu os televisores, aquela de móveis. Pasmem, agora, a Secretaria da Educação, contratando uma empresa para desenvolver um software para as televisões laranjas. Que absurdo! Se eles distribuem e falam que o software existia, vinha na compra dos televisores, os pen drives, eles estão contratando uma empresa para desenvolver um software que pode chegar a R\$ 500 mil.

Comprei um televisor e eles me entregaram gratuitamente. Sabem quanto eles pagaram de frete nos televisores? R\$ 146 mil. Sabem de quanto é o valor do programa dos televisores laranjas, que já estão ficando vermelhos de vergonha? Está chegando a 25 milhões. Meu Deus do céu!

Aí, o Governador se irrita quando o Rossoni fala das televisões laranjas e diz que vai dar uns petelecos no Líder da Oposição. Mas o que ele tem que entender, é que o site da gestão do dinheiro público é riquíssimo, apesar de todas as artimanhas que eles usam para esconder os detalhes de informação. Espero contar com o apoio desta Casa.

O Sr. Pastor Edson Praczyk (PRB)

Concede-me um aparte, Deputado?
(Assentimento)

Além de parabenizá-lo por sua fala, creio que todas essas informações são absolutamente procedentes. Insisto naquilo que já tive a oportunidade de discursar. Pelo número de televisores, pelo poder de compra que o estado possui e possuía na ocasião da aquisição dos mesmos, tanto o transporte, como já a previsão desse software, obviamente, deveriam estar inclusos, embutidos, já deveria se ter previsto isso.

Acredito que realmente há um grande equívoco nessa negociação, porque o representante ou a representante da Secretaria da Educação aqui esteve, fez questão de acompanhar a explanação técnica e eles foram muito claros ao afirmar da presença do software que era uma das razões que justificavam o alto preço, o elevado preço dos televisores. E eu me recordo bem que o departamento técnico deixou claro que esses softwares, além de toda aquela apresentação da logomarca do estado, da Secretaria da Educação, esse software leria todos os formatos de documentos e também de apresentação e obviamente de vídeo que seriam necessários para se dar uma excelente aula.

Então, eu me somo à preocupação de V. Exa. e espero não apenas que V. Exa. conte comigo, como tem o Bloco Independente, para que possamos saber o que está acontecendo e que tornou, como em um dito popular, o molho mais caro que o peixe.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Agradeço o aparte de V. Exa., até porque V. Exa. é um profundo entendedor dessa questão e o seu depoimento só vem dar consistência aos questionamentos que estamos fazendo. Enquanto tivemos informações, esse caso não estará encerrado, ele pode estar envergonhado, inclusive eu. Fico envergonhado de voltar novamente a esse assunto, mas tenho que voltar.

A outra questão aqui, Deputado Marcelo Rangel, é que não tem mais como a Oposição não convocar aqui o Secretário da Comunicação do Governador Requião - não vamos mais citar o nome, porque é valorizar muito um homem que não cumpre com as suas obrigações. O Secretário da Comunicação do Governo Requião tem que ser convocado a esta Casa porque tenho alguns questionamentos e frente a frente vai ficar muito mais fácil, tenho certeza que V. Exa. terá muita facilidade para fazer perguntas. Ele, para mim, é considerado, com todo o respeito que tenho pela pessoa, mas não pelo Secretário, um fugitivo. Faz dois anos que ele está fugindo da Casa, que ele não vem prestar uma informação. Agora, o que eu quero saber do Secretário é o seguinte: ah, a primeira entrevista dele, porque eu viajava nos finais de semana apenas para dar um apoio logístico. V. Exa. fez o levantamento e ele ficou vinte e poucos dias fora. Aí, ele viajava nos finais de semana! V. Exa. trouxe aqui as informações que não são verdadeiras. Quer dizer, quem mentiu e quem faltou, desculpe a palavra “mentiu”, porque é muito pesada, quem faltou com a verdade e com a opinião pública uma vez, duas vezes, não tenha dúvida que está

faltando com a verdade sobre outros questionamentos que tenho a fazer aqui ao Secretário da Comunicação do Governo Requião. Ele afirma, com toda a sua posição e a sua veemência, que viajou com recursos próprios. Quero lhe dizer, Deputado Rangel, eu tenho dúvidas!

Deputado Rangel, depois que esse Secretário da Comunicação há muito tempo foge desta Casa para prestar informações, que é a coisa mais óbvia; depois que esse Secretário da Comunicação do Governo Requião diz que só ia nos finais de semana para o Paraguai; depois que esse Secretário da Comunicação afirma que ele viajou com recursos próprios, eu só vou acreditar que ele viajou com recursos próprios a hora que ele trouxe aqui as despesas de hotelaria, as viagens, as passagens, com o quê ele pagou. Pagou com dinheiro? Pagou com cartão? Porque hoje dinheiro não existe mais!

Então, estou entrando com dois requerimentos, Deputado Rangel. Espero merecer o apoio desta Casa. Primeiro tentar elucidar esse famoso caso TV laranja, que de 18 já virou 25. Segundo, ver em que momento o Secretário da Comunicação do Governo Requião está falando a verdade sobre o caso Paraguai.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Horário das Lideranças, PMDB, Deputado Dobrandino tem 10 minutos, na Liderança do PMDB.

Liderança do PMDB: Deputado Dobrandino da Silva

O SR. DOBRANDINO DA SILVA

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

O comentário que quero fazer com referência às críticas dos Deputados da Oposição, com relação ao Paraguai. Respondendo o Deputado Jocelito Canto, que citou que o Governo do Estado foi ao Paraguai, que levou vacinas e não sabe como pode chegar. Quero explicar ao Deputado Jocelito como foram as vacinas.

É uma solicitação do Cônsul paraguaio ao Cônsul brasileiro no Paraguai, enviada para o Ministério da Saúde, ao Governo do Paraná, para atender os brasileiros que moram no Paraguai e os paraguaios. Então, não tem nada de ilegalidade, é um ato humanitário. Devemos, na verdade, parabenizar a preocupação do Cônsul e das autoridades do Paraguai, por receber essas vacinas do Governo brasileiro. Então, não tem nada de dúvida, Deputado Jocelito.

Mas, comentaria também sobre o que o Governador Requião falou lá no Paraguai, da eleição. Acompanho de muito perto isso, porque moro na fronteira, há muitos anos a política do Paraguai e merece de nós todo o respeito. Não vou me envolver nas decisões lá do Paraguai. E nenhuma crítica aqui, ao Partido do Colorado do Paraguai, muito menos ao Governo paraguaio, nessa eleição, mas que se referiu o Governador Requião, Deputado Elio Rusch.

Acompanhamos há muitos anos a Ditadura no Paraguai. Eleições de fachada que era de uma Ditadura e, esse costume continua ainda no Paraguai. O que disse o Governador Requião, que seria muito bom mudar o rumo da política do Paraguai.

E você vai perguntar: “O que é que tem a ver com isso?”

Olha, interessa e muito, principalmente a nossa fronteira, da política hoje no Paraguai.

Vimos aí na televisão a plantação de maconha no Paraguai. Você rouba um carro na fronteira, oficializa no Paraguai. Então, isso tem que mudar na verdade.

Quem quer mudar, Deputado Jocelito, não é o Governo Requião, não é nós, políticos do Brasil. Quem quer mudar na verdade são os eleitores paraguaios. É o povo do Paraguai. Tanto é que, Deputado Elio, dos três candidatos, o terceiro é o candidato apoiado do Partido Colorado. Segundo as pesquisas, em primeiro vemos Lugo - nem conheço a pessoa desse candidato, o Lugo - o segundo, bem próximo, o General Lino Oviedo; em terceiro vem a candidata do Partido Colorado.

Quem quer mudar na verdade - e seria muito boa essa mudança - o que não pode é continuar como está hoje. Acho que essa mudança é salutar. O Governador disse apenas que gostaria que mudasse de rumo a política do Paraguai.

As distorções são muito grandes. Não vejo nada de mais o Governo ter o seu candidato. Sou simpático à eleição do General Lino Oviedo. Quem vai decidir é quem vai votar no Paraguai e quem mora lá. Isso é mais uma boataria do que na verdade qualquer coisa que venha a se intrometer no Paraguai.

Eu que moro na fronteira tenho bastante amigos no Paraguai, autoridades, sou amigo dos Prefeitos, dos Deputados e sempre me projetei muito bem no Paraguai. Não tenho queixa nenhuma. Mas, na verdade, precisa mudar quando for preciso mudar aqui no Brasil, o que mudou de uns anos para cá.

Por outro lado, queria comentar a ira do Governador nessa semana que passou, onde atos importantes do Governo aconteceram lá em Foz do Iguaçu. Uma delas autorizando uma obra importante que é a do Colégio Agrícola, essas vacinas que levaram agora para o Paraguai e a mais importante foi essa Força Tarefa da Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Federal e da Receita Federal lá em Foz do Iguaçu. Já é a terceira ou quarta Força Tarefa que o Governo leva lá e está com um pelotão, cerca de mais de 350 policiais só da Polícia Estadual, e o que é mais importante segundo o Governador, não tem data para retirar, ela pode ficar o tempo que for preciso em Foz do Iguaçu, deve ficar por alguns meses fazendo a Segurança em Foz que deu realmente uma acomodada muito grande, a população respira mais tranquila agora, foi muito importante essa Força Tarefa que o Governo levou para Foz do Iguaçu. Claro que como dizia o Deputado Elio Rusch, que a fronteira realmente está preocupando, o contrabando que entra do Paraguai para o Brasil, mas que isso é uma

responsabilidade do Governo Federal e não do Governo do Estado. Quem tinha que fazer essa segurança do lado de Itaipu, é responsabilidade do Governo Federal, e o Governo do Estado colabora colocando um pelotão expressivo lá em Foz do Iguaçu, para é claro, coibir a criminalidade de Foz do Iguaçu, o uso de drogas, mas também dar tranquilidade àquela Feira do Lago, onde entra todo tipo de marginalidade do Paraguai.

É importante ressaltar esse esforço que o Governo está fazendo lá para Foz do Iguaçu.

Vejo as críticas e muitas vezes também concordo com as coisas que estão erradas, mas há que se destacar o esforço que o Governo está fazendo para levar, principalmente, Deputado Reni Pereira, a segurança para Foz. Lembro que na eleição passada, quando era Prefeito, dizia então o candidato da época, hoje Prefeito, que a Segurança seria para o município, que ia dar respaldo para a população, colocar um Xerife na rua. Claro que sabíamos que isso não era verdade, que era uma proposta eleitoreira. Mas hoje, devo dizer que o Governo tem feito o máximo possível. Só para a Polícia Civil foi entregue, em Foz do Iguaçu, nove viaturas novas, só para a Polícia Civil tem 45 viaturas do Governo do Estado. A Polícia Militar deve ter muito mais que isso. O Governo tem investido muito na Segurança na fronteira, embora sabendo que é difícil o controle, geograficamente é difícil controlar a situação em Foz do Iguaçu, mas o Governo tem feito. Os próprios Delegados nos falam que o Comandante da Polícia Militar, a atenção que o Governo está dando, as condições para que eles possam fazer um bom trabalho é muito grande.

Então, vim aqui para destacar esse esforço que se vem fazendo lá em Foz do Iguaçu. Claro que cobrando sempre, os Deputados cobram aqui na Assembléia, mas o Governo está fazendo sua parte. E o que é mais importante é que deve ficar lá por um tempo bastante expressivo, para afastar o máximo possível os marginais da cidade de Foz do Iguaçu, que tem sido manchete, ultimamente, na imprensa nacional e reconhecemos isto. Mas, o Governo faz sua parte.

E o grande problema, como sempre disse, o desemprego tomou conta da cidade, aquela travessia da Ponte da Amizade, dos pequenos que vêm do Paraguai, que há muitos anos isto estava estabelecido. Existia lá, e cortar de uma vez tudo isso, inclusive com o apoio do Prefeito de Foz do Iguaçu, o Prefeito atual, que deu margem à criminalidade em Foz do Iguaçu. Temos que reconhecer isso: se as pessoas não têm o que comer, vão acabar tendo que roubar.

Então, sempre disse, você pode fechar uma porta, quando tem que ser fechada, mas tem que abrir outra. E isto não houve em Foz do Iguaçu.

Para encerrar, queria fazer uma reclamação a V. Exa., no bom sentido: esse apito não alerta. Ele assusta, quando o orador está falando, porque é muito forte. Se V. Exa. puder diminuir, seria muito bom para nós.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No horário destinado à Liderança da Oposição, com a palavra o Deputado Ademar Traiano.

Liderança da Oposição: Deputado Ademar Traiano (PSDB)

O SR. ADEMAR TRAIANO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Vou nesta tarde, com a atenção dos Srs. Parlamentares, do nobre Líder, Deputado Romanelli, repercutir uma matéria publicada na página da economia da Gazeta do Povo, neste final de semana.

Faço este comentário em função de um projeto de lei de nossa autoria, que tramitou nesta Casa no ano passado, que recebeu a aprovação dos Srs. Parlamentares, praticamente por unanimidade e que, encaminhada ao Sr. Governador do Estado, acabou sendo vetado e está aqui nesta Casa para ser apreciado na Comissão de Constituição e Justiça e na seqüência, com certeza, virá para a Ordem do Dia para a derrubada do veto ou então a manutenção do veto.

Mas, é oportuno fazermos aqui este comentário, até porque nosso projeto tem um cunho social muito grande: a manutenção do emprego no Paraná. E quando tomei a iniciativa de apresentar este projeto, procuramos nos respaldar em uma lei de autoria do ex-Deputado já falecido, Aníbal Khury, que garantia ao empresariado paranaense todas as condições possíveis para a implantação de indústrias neste estado.

Também procurei buscar a experiência do Deputado Reni, homem ligado à área da Fazenda, neste estado, no sentido de propiciarmos uma legislação que realmente não se contrapusesse aos interesses, principalmente do estado, e que não viesse confrontar com a legislação estadual.

O objetivo disso foi exatamente em função de conhecermos a legislação já existente nos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro. O que traz essa lei? É uma redução do ICMS no estado de 12% para 2,5%, para as empresas do setor do vestuário. Me chama a atenção a matéria de ontem, com o título: “Concorrência chinesa já levou 15 fábricas e 1.800 empregos do Paraná para o estado do Mato Grosso. É exatamente aquilo que íamos propondo e propomos no nosso projeto de lei.

E até lembro que na oportunidade o Deputado Reni trabalhou isso na Secretaria da Fazenda. E vejo com tristeza, quero crer que à oportunidade o Secretário Heron Arzua não deve ter tomado conhecimento do assunto, porque manifesta na matéria que não tem conhecimento do assunto, e que se esse assunto fosse trazido à sua pessoa, pelo Sindicato do Vestuário do Paraná, poderia quem sabe avaliar essa situação. Declaração prestada pelo Secretário Heron à Gazeta do Povo do Paraná.

Mas o que me chama a atenção é exatamente esta preocupação, o segmento do vestuário do Paraná, Srs. Deputados, que representa 4 mil e 600 empresas aqui no Paraná, radicadas e fixadas, gerando emprego; 76 mil

trabalhadores estão empregados nesse segmento. E vejo com tristeza que o norte do Paraná está perdendo as suas empresas para o Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, e na sequência outras empresas irão, com certeza, a esses dois estados, em função de benefícios fiscais concedidos por esses estados exatamente naquela linha que vínhamos defendendo para o Paraná. O que oferece o Mato Grosso hoje? Redução de até 85% do ICMS para as empresas que se instalam naqueles estados no setor de confecções, além de oferecer os barracões industriais e outros incentivos que, com certeza, atraem de forma muito forte esse segmento para aquele estado e que, com certeza, estarão roubando os nossos empregos, fazendo com que nós realmente percamos, e muito, em termos de divisa neste estado.

Esta concessão, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que o Mato Grosso do Sul oferece, é de até o ano de 2018, uma redução do ICMS de 85%, além de isenção de IPTU, de oferecer isenção do ISS, e de oferecimento de barracões industriais.

Portanto, Srs. Deputados, vou permitir o aparte porque o meu tempo já está se esgotando e acho que o assunto é de uma relevância tão grande que espero a compreensão dos Srs. Deputados e peço o apoio do Líder do Governo para que possamos conversar com o Secretário Heron Arzua, não querendo estabelecer aqui um confronto, uma guerra com o Governo; pelo contrário, acho que a nossa pretensão é exatamente de proteger o emprego do Paraná, o que com certeza pensa também o próprio Governador e o Secretário Heron Arzua.

Com aparte ao nobre Deputado Luiz Eduardo Cheida.

O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

Muito obrigado, Deputado Traiano. Olha, é apenas para elogiar o seu pronunciamento e dizer que comungo também das suas preocupações. Iria lhe dirigir justamente a pergunta se V. Exa. havia feito o levantamento do quanto significaria essa diferença na renúncia do ICMS para estimular as empresas. Acho que vivemos realmente numa grande guerra fiscal, mas enquanto não se tem o cessar fogo desta guerra é preciso jogar o fogo. Então, é por isso que parableno e espero sinceramente que o mais rapidamente possível se desenvolva essa conversa com o Secretário de Estado da Fazenda, para que tenhamos a resposta e possamos pensar juntos. Mas desde já quero me somar ao apoio ao projeto de V. Exa.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Agradeço o Deputado Cheida. V. Exa. Já acabei de dizer em outro pronunciamento, exatamente pela sua forma de agir e conduzir as suas ações aqui na Casa, e já lhe convido para formarmos uma Comissão, quem sabe, de Parlamentares de todos os partidos políticos, para conversarmos com o Secretário no sentido de buscarmos uma alternativa, exatamente para atender esse segmento que é tão importante no segmento econômico do Paraná.

O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

Agradeço o convite. Conte comigo, Deputado.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Pois não. Com um aparte o Deputado Reni Pereira.

O Sr. Reni Pereira (PSB)

Até quando vai esse constrangimento ao Secretário Heron Arzua, Secretário que respeito muito e já respeitei mais.

Lembro como se fosse hoje, o Deputado Cleiton Kielse encaminhando o seu projeto. E V. Exa. falou claramente que falava em nome do setor têxtil do Paraná. Colocamos ao seu projeto os argumentos técnicos, na época não tinha nem Mato Grosso e nem Mato Grosso do Sul na parada. Hoje já estão levando todas as indústrias.

E é um equívoco pensar que a Lei de Responsabilidade Fiscal não permite abrir mão de divisa. Permite sim, quando estiver na iminência de perder. Desde que elabore um relatório dizendo que vai perder aquele mínimo de receita, pode sim abrir mão de parte do ICMS, para não perder tudo, pois estamos perdendo investimento e empregos.

Muito obrigado!

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Deputado Reni Pereira, V. Exa. teve uma contribuição importante quando elaboramos o projeto, orientou tecnicamente a elaboração do meu projeto.

Com certeza, haveremos de nos embrenhar nessa luta para encontrarmos uma alternativa.

Concedo um aparte ao Deputado Luiz Nishimori.

O Sr. Luiz Nishimori (PSDB)

V. Exa. sabe que Maringá e Cianorte são o segundo maior pólo têxtil do Brasil.

Gostaria de me somar e de reivindicar àqueles que realmente precisam da indústria e do pólo têxtil do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Quero dizer que vamos retomar esse assunto e lamentar o que está acontecendo.

Temos conhecimento que empresas grandes do Paraná estão sendo convocadas a transferir o seu patrimônio, seus investimentos, para Mato Grosso do Sul. O que não é interessante para todos nós.

Enquanto não fizermos a nossa reforma tributária, que o nosso estado possa se adequar a essa realidade e permitir que os nossos empregos sejam mantidos no Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário da Liderança do Governo, com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero dizer do requerimento que pede mais esclarecimentos sobre o programa revolucionário na área da informação em nossas escolas, do Líder da Oposição. Irei pedir para discutir e, amanhã, faremos um debate sobre esse tema. Não queria deixar sem resposta o Deputado Valdir Rossoni. Aliás, é um mantra falar dos televisores nesta Casa. Um assunto já esgotado, mas que, infelizmente quase toda semana retomamos o assunto. É a politização de uma política pública importante e que não deveria ser.

Deveriam ser responsáveis os pronunciamentos nesta Casa, como foi o do Deputado Ademar Traiano. Aceito sim a convocação feita por V. Exa. O tema é da mais alta importância. O Paraná tem uma economia ainda dependente da agricultura e da agroindústria. E o pólo de confecção em nosso estado tem que ser competitivo.

Considerando que, cada vez que chega contêineres nos nossos portos, sabemos o quanto que diminuiu o número de empregos que são gerados. Por isso, temos que ter os instrumentos de defesa fiscal para poder manter os nossos empregos e apoiar as empresas paranaenses. Entendo que é só mobilizar o setor. Vamos conversar com o Secretário da Fazenda Heron Arzua e garantir às empresas paranaenses os mesmos benefícios que estão sendo dados por outros estados. Não somos a favor da guerra fiscal, mas também não somos de fugir do bom combate. Então, não tenho dúvida que vamos ter que enfrentar esse desafio.

O Sr. Ademar Traiano (PSDB)

Deputado Romanelli, só para fazer um pequeno aparte.

(Assentimento)

Acabei esquecendo de dar um dado: nós só perdemos o pólo têxtil do Paraná para o estado de São Paulo. É importante essa informação. Por isso, acho que o Governo deve, realmente, dar essa atenção diferenciada ao nosso segmento da área têxtil no nosso estado. Nós só perdemos para o estado de São Paulo. Somos o segundo maior produtor do país em termos de confecções.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Agradeço o aparte, Deputado Traiano.

Quero chamar a atenção de V. Exa. porque, nesta tribuna de honra, temos duas pessoas que fizeram história na luta política do movimento social do nosso estado, recentemente. São as professoras Ana Lúcia Bacon e Elza Felipe. As duas são professoras de ensino superior do município de Jacarezinho e foram as valentes empreendedoras do movimento “Fim do pedágio”. Elas conseguiram fazer uma representação do Ministério Público Federal contra aquela alteração que houve, em 2001, na localização da praça de pedágio que estava localizada entre os municípios de Cambará e Andirá, na BR-369.

Eles colocaram o pedágio justamente na ponte entre a 369 e a 153 multiplicando por três o número de veículos. A Econorte tirou a praça de onde estava localizada por conta da ação de um Deputado Estadual desta Casa, que é o Deputado Mamede, que era Prefeito, e tinha criado uma via alternativa ao pedágio. Elas acreditaram que é possível, pelos meios legais e pela mobilização, modificar a realidade. Foi muito interessante a decisão do Juiz Federal Mauro Spalding, que deu uma decisão histórica porque determinou que em 10 dias a Econorte feche a praça de pedágio que está localizada na ponte do rio Paranapanema e que volte ao local que estava anteriormente.

O Juiz determinou, ainda, uma multa de R\$ 100 mil por dia se não cumprir a decisão; uma multa de R\$ 20 milhões pelo que ela fez e faturou a mais nesses anos todos que ela está ilegalmente, sem licitação, arrecadando três vezes mais e sangrando a economia do Paraná, especialmente do município de Jacarezinho. É uma decisão importantíssima. E, agora, daqui de Curitiba, elas estão indo a Porto Alegre para no Tribunal Regional Federal da 4ª Região conseguir manter essa decisão importantíssima e fundamental que foi dada. Além delas, claro, está ali o nosso ex-Deputado e Presidente do fórum contra o pedágio, Acir Mezzadri.

O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Romanelli, apenas par dizer que acompanho com vivo interesse essa luta da professora Ana Lúcia Bacon e mais o Mezzadri e tantas pessoas. Agora, é preciso que esta Casa abra os olhos porque durante essa luta, essa briga, informações do DER chegaram ao Governador de forma absolutamente distorcida. Eu tive oportunidade de ver documentos, onde o DER afirma que as praças estão localizadas em locais corretos e adequados. Como pode o nosso Governo usar dois pesos e duas medidas? O Governador, V. Exa. e tantos outros companheiros lutando pela moralização do estado, no que tange ao pedágio, mas alguns técnicos do DER lançando mão de expedientes, para mim, até agora não claros, informando o Governo do Estado questões que o Juiz acaba de dirimir.

A luta da professora Ana Lúcia e de outros é, portanto, meritória de forma redobrada, porque lutou contra o pedágio, contra informações do próprio Governo, que agora estão se mostrando erradas e inverídicas. É preciso que apuremos isso.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Agradeço, Deputado Cheida.

Li também a decisão do Juiz Federal, onde ele manteve o DER como réu na ação. Era assim que o DER estava desde o início, desde 2001. O nosso Governo quis modificar essa situação do DER, mas há que se explicar medições que foram feitas, a metragem em relação à distância da praça do pedágio. Também entendo que

devemos apurar essa questão que envolveu o comportamento de alguma pessoas.

O que interessa, que me parece ser o foco da importância do que estamos vivendo, é que temos uma decisão histórica e emblemática. É uma vitória do movimento social. Aqui, há de se reconhecer que se em casa uma das praças de pedágio, onde se rouba o dinheiro do Paraná, tivéssemos um grupo, um núcleo de pessoas lutando e atuando, com essas professoras e as mais de 8 mil pessoas que se mobilizaram, certamente teríamos uma situação diferente em relação à questão do pedágio.

Essas concessionárias de pedágio conseguiram apoio político, compraram opiniões, manipularam os veículos de comunicação, e mais do que tudo, compraram e continuam comprando consciências, porque já arrecadaram 5 bilhões e 500 milhões. Um quilômetro de rodovia custa em média R\$ 1 milhão. São 2 mil e 500 quilômetros de rodovias pedagiadas, logo 2 bilhões e 500 milhões. Ou seja, arrecadaram em 10 anos o que dá para construir zero quilômetros, as rodovias do chamado Anel de Integração, novamente. Basta ver o que eles estão fazendo nas rodovias, para ver quanto elas estão mal conservadas.

Entendo que devemos estar mobilizados. A sociedade paranaense tem que reagir. Esses companheiros do fórum contra o pedágio, que se mobilizam, não temos dúvidas que essas concessionárias só vão discutir em uma mesa de negociação, de forma decente, se elas estiverem ameaçadas ou no contrato, ou na receita. Nunca vi gente tão gananciosa, tão inescrupulosa, como são os concessionários de pedágio. Não tenho dúvida que o povo do Paraná irá vencer. Os defensores do pedágio não terão financiadores na sua campanhas eleitorais, nas próximas eleições. Deputado Elio Rusch, os apoiadores do pedágio não terão financiadores na próxima eleição.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício nº 026/08, pelo Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente, justificando sua ausência da Sessão Plenária de hoje (03/03/08), por estar em visita a suas bases eleitorais no noroeste do estado. À **Diretoria Legislativa, para anotar.**

Indicação nº 042/08, de autoria do Deputado Francisco Bühner, constante do expediente, propondo ao Sr. Coordenador Estadual do Programa Patrulha Escolar Comunitária, a implantação deste Programa no município de Mandirituba. À **Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão (Votação em)

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 728/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 048/07, que fica instituída a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, no âmbito do estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. COM EMENDA DE PLENÁRIO, COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 728/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei em tela tem como escopo instituir, no estado do Paraná, a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional a fim de resguardar a dignidade da pessoa humana, entendendo que a alimentação é direito fundamental do ser humano.

Constitucionalidade e Legalidade

O presente projeto de lei, volta a esta Comissão a fim de que sejam analisadas as emendas de plenário, propostas pelos nobres Deputados.

Como bem argumentado anteriormente o direito a alimentação é direito fundamental, inerente aos princípios constitucionais, sendo que no presente caso, mais relevante à garantia da dignidade da pessoa humana.

Diante de tais considerações, é de nosso dever verificar a constitucionalidade das presentes emendas. Inicialmente, vejamos que a iniciativa, anteriormente já aferida, está em consonância com os ditames constitucionais legais, tendo em vista que partiu do ente com capacidade para início do processo legiferante.

Tal afirmação se faz plausível tendo em vista que a autoria é oriunda do Poder Executivo, ente revestido de capacidade legislativa a qual vem originária da Constituição Estadual.

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(...)

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

A partir daí podemos afirmar que quanto a sua constitucionalidade há total pertinência ante sua postura. No que tange à análise das emendas, importante voltarmos à inteligência legal da Constituição Estadual, que assim tem a nos dizer:

Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do estado, especificamente:

(...)

V - planos e programas estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento.

Nesta vertente de grande valia destacamos que a aplicabilidade do presente artigo se faz, uma vez que a iniciativa legislativa partiu do ente com competência para tanto. E, desde que iniciado de maneira correta e pelo sujeito com legitimidade constitucional para tanto, pode a Assembléia Legislativa dispor acerca de qualquer matéria, cuja competência é estadual.

Deste modo, não estão os autores das emendas gerindo algum princípio constitucional inerente à iniciativa, de maneira alguma, estão sim, dentro dos ditames da Constituição Estadual quanto às disposições trazidas, neste momento, pelas emendas apresentadas em plenário, as quais estão revestidas de constitucionalidade.

É nesse contexto que se observa a plena constitucionalidade das emendas do presente, pois o estabelecimento de Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional além de dar efetividade a uma missão constitucionalmente imposta aos estados, encontra harmonia com todos os preceitos legais e constitucionais a ele concernentes.

Por derradeiro, ainda em análise às emendas de plenário, quanto à técnica legislativa utilizada, afere-se que apresentam óbice legal no que diz respeito ao artigo 18, vez que não observou todas as disposições preconizadas pela lei Complementar nº 095/98, que rege a elaboração e redação legislativa, mais especificamente no que diz respeito ao artigo 9º.

Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.

Assim, fica clara a ilegalidade do artigo 18 da emenda de plenário, tendo em vista que não enumera de forma expressa quais seriam as leis ou disposições revogadas, não respeitando, assim, a devida técnica legislativa.

Conclusão

Quanto á técnica legislativa o presente projeto, encontra óbice no artigo 9º, motivo pelo qual se apresenta a emenda supressiva em anexo.

Em retame, incumbe-nos dizer que, quanto a constitucionalidade existe perfeita consonância ao que diz respeito aos preceitos federais e estaduais, não sendo óbice, portanto, para rejeição do presente.

Outrossim, o presente projeto encontra-se em perfeito acordo com as disposições legais inerentes à matéria proposta revestindo-se de legalidade.

Diante de todo o exposto, somos pela aprovação das emendas do presente projeto de lei, observando que para tanto se deve estar em conformidade com a subemenda supressiva em anexo.

Sala das Comissões, em 26.02.08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
PROFESSOR LUIZÃO - Relator

Apoiamento:

Duílio Genari, Francisco Bühner, Tadeu Veneri, Artagão Júnior, Douglas Fabrício, Mauro Moraes, Jocelito Canto e Reni Pereira.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBEMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 728/07

De acordo com o que autoriza o Regimento Interno desta Casa de Leis, com fulcro no artigo 137, parágrafo 1º, altera-se o presente projeto de lei passando a constar o seguinte texto:

Art. 18. Esta lei entrará em vigor a partir da sua publicação.

Sala das Comissões, em 26.02.08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
PROFESSOR LUIZÃO - Relator

Apoiamento:

Tadeu Veneri.

Em votação o projeto, ressalvadas as emendas.

Em discussão. Em votação. Aprovado, artigo por artigo.

Em votação as emendas. **Aprovadas.**

ITEM 02

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 743/07, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que dispõe sobre a reserva de 2% (dois por cento) sobre o percentual da oferta de moradia para pessoas portadoras de necessidades especiais, comprovadamente carentes, assegurando o direito de preferência de escolha no Programa Casa de Família no estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CDHC. COM EMENDA DA CCJ. COM EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA APRESENTADA PELO AUTOR AO PROJETO DE LEI Nº 743/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

A emenda modificativa do projeto apresentado pelo Deputado Marcelo Rangel propõe a reserva de 5% (dois por cento) sobre o percentual da oferta de moradia para pessoas portadoras de necessidades especiais, com-

provadamente carentes, assegurando o direito de preferência de escolha no Programa Casa Família no estado do Paraná.

A princípio o presente PL recebeu parecer contrário da diletta CCJ, porém favorável, deste Relator com a proposição de emenda modificativa. Encaminhado a Comissão de Direitos Humanos recebeu parecer favorável daquela Comissão na pessoa do seu Presidente Deputado Francisco Bühner. Encaminhado ao plenário foi aprovado em primeira discussão recebendo em segunda discussão emenda modificativa do próprio autor, na forma dos artigos 141 e 145 do Regimento Interno desta Casa. A CCJ por sua vez, obedecendo as prescrições do artigo 141, I, parágrafo 1º do mesmo regimento, apresentou seu parecer sobre a referida emenda, aprovando-a com ressalva de que a mesma deverá observar no que couber a emenda apresentada por este Relator, sob pena de ilegalidade, posto que esta última recebeu aprovação unânime da CCJ e aprovação em primeira discussão plenária. Portanto regimentalmente a emenda do nobre Deputado Marcelo Rangel para validade teria, ou que respeitar a emenda deste Relator, propondo a alteração que pretende, ou submeter a emenda do Relator a nova votação. Não tendo ocorrido nem uma nem outra providência exsurge a necessidade de nova emenda modificativa.

No Mérito

Por este vértice andou bem a diletta CCJ ao analisar a proposição de nova emenda do autor sob a ótica da emenda deste Relator já aprovada.

O projeto do nobre Deputado Marcelo Rangel propunha a inclusão de 2% (dois por cento) das pessoas portadoras de necessidades especiais, comprovadamente carentes, no Programa da Casa Família, contudo por ocasião da segunda discussão plenária do presente PL propôs o nobre Deputado autor a alteração da cota de reserva de 2% para 5%, repetindo o texto originário do seu projeto de lei que já tinha sofrido modificação por força da emenda modificativa apresenta por este Relator, devidamente aprovada em ambas as instâncias desta Casa.

Portanto sendo matéria já vencida a questão da competência, vencida também a questão da aprovação da emenda apresentada por este Relator, resta apenas a análise da emenda proposta pelo autor quanto a alteração da quantificação da cota de reserva aos deficientes na aquisição de casa própria. Sobre este aspecto não vemos nenhum óbice, pois aumento na cota de reserva aos deficientes como quer o PL não implica em nenhuma modificação que possa impactar qualquer previsão legal orçamentária como já analisado no parecer deste Relator, já aprovado por esta CCJ.

Deste modo apresentamos nova emenda modificativa do artigo 1º que passa a ter a seguinte redação:

(...)

Art. 1º Fica assegurado o direito preferencial de escolha na proporção de 5% (cinco por cento) do total de oferta de moradia do Programa Casa Família às pessoas portadoras de necessidades especiais, comprovadamente carentes.

(...)

Conclusão

Diante da constitucionalidade aferida do presente projeto, somos de parecer pela sua aprovação com a subemenda modificativa do artigo 1º em anexo, ficando prejudicada a emenda modificativa da CCJ e a emenda modificativa do autor apresentada em plenário.

Sala das Comissões, em 19.02.08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

Apoiamento:

Marcelo Rangel, Durval Amaral, Duílio Genari, Douglas Fabrício, Luiz Claudio Romanelli, Mauro Moraes, Nereu Moura e Jocelito Canto.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBEMENDA MODIFICATIVA PROJETO DE LEI Nº 743/07

O artigo 1º passa a ter a seguinte redação:

(...)

Art. 1º Fica assegurado o direito preferencial de escolha na proporção de 5% (cinco por cento) do total de oferta de moradia do "Programa Casa Família" às pessoas portadoras de necessidades especiais, comprovadamente carentes.

Parágrafo Único. Que as casas designadas aos deficientes sejam adaptadas.

(...)

Sala das Comissões, em 19.02.08.

(aa) ARTAGÃO JÚNIOR

Apoiamento:

Durval Amaral.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 307, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente, solicitando destaque para a votação da subemenda da CCJ. **Aprovado.**

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores da imprensa, cidadãos do Paraná.

Pedi destaque para a subemenda porque ela é de suma importância, mas gostaria de falar um pouco sobre esse projeto, Srs. Deputados.

Sr. Presidente, segundo o IBGE, ele nos revela que 14,50% da população paranaense é formada por pessoas com algum tipo de privação - seja visual, motora, auditiva, mental ou física. A Constituição da República, artigos 23 e 24, define que cabe ao estado a proteção e integração social das pessoas portadoras de necessidades especiais, oferecendo-lhes a oportunidade de exercerem com plenitude a cidadania. A Lei nº 8213/91 define que as empresas com 100 ou mais empregados devem preencher com 2% a 5% de seus quadros com portadores. A Constituição, no seu artigo 37, prevê também que os concursos públicos têm uma reserva de ao menos 5% aos deficientes. Esse vários benefícios oferecidos para os por-

tadores de deficiência são importantíssimos para a integração comunitária, sem nenhum tipo de preconceito: integração, inclusão social.

Srs. Deputado, foi baseado nessas informações que apresentei o projeto de lei que estamos apreciando neste momento, que prevê a reserva de 5% sobre o percentual da oferta de moradia para pessoas portadoras de necessidades especiais, comprovadamente carentes, assegurando dessa maneira o direito da preferência de escolha no Programa Casa da Família no estado do Paraná.

Pois bem, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, cidadãos do Paraná, entendemos que todos têm direito a um lugar adequado para viver. Todos precisamos de uma casa segura e confortável, localizada em um ambiente saudável, que promova a qualidade de vida dos moradores e da comunidade. E é nosso dever, Srs. Deputados, Parlamentares, também atendermos de maneira especial os portadores de necessidades especiais, reconhecendo que a limitação da pessoa deficiente não diminui os seus direitos: são cidadãos. Nada mais justo, senhores, que oportunizarmos que as famílias de pessoas especiais, que requerem atendimento diferenciado muitas vezes, que têm custos substanciais e nem sempre são arcáveis dentro do orçamento doméstico, agora possam ter esse benefício.

Srs. Deputados, gostaria de pedir o apoio dos nobres Parlamentares para aprovarmos a subemenda dos 5% e que reservam casas especiais, com todos os materiais de acessibilidade para os portadores de necessidades, no Programa Casa da Família.

Tenho certeza absoluta que os Srs. Deputados vão contribuir para que aprovemos esse projeto por unanimidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está em votação o requerimento que requer destaque. Encerrada a votação. **Aprovado.**

Agora sim, votamos a subemenda do artigo 1º. (Procede leitura).

Em discussão. Em votação. **Aprovada.**

Conseqüentemente as outras emendas ficam prejudicadas, deixamos de votá-las.

Está em votação, portanto, o projeto. **Aprovado, artigo por artigo.**

Redação Final

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 597/07, de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, que fica denominada a quadra do Colégio Estadual Juracy Rachel Saldanha Rocha, localizado no município de Marialva de Quadra de Esportes Marcos Paulo do Prado. **Aprovado. (Publ. no DA nº 093/07, de 15/08/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 806/07, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, dispõe que seja discriminado, no convite e na mídia de divulgação de eventos beneficentes, o nome da entidade e o percentual destinado à mesma. **Aprovado. (Publ. no DA nº 147/07, de 13/11/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 846/07, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores do Jardim Alvorada, com sede e foro no município e comarca de Curitiba. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 846/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Moradores do Jardim Alvorada, com sede e foro nesta capital.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 27.02.08.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
ANTONIO BELINATI - Relator

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 848/07, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que declara de utilidade pública a Associação de Produtores Rurais - APR de Joaquim Távora, com sede e foro no município de Joaquim Távora. **Aprovado. (Publ. no DA nº 158/07, de 05/12/07, em Projetos de Lei).**

2ª Discussão

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 834/07, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que assegura aos Ministros de todos os cultos a assistência religiosa aos enfermos e presos de todo gênero. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CDH.

EMENDA MODIFICATIVA DE
PLENÁRIO DE Nº 01, AO
PROJETO DE LEI Nº 834/07

Modifica-se o artigo 1º do Projeto de Lei nº 834/07, de autoria do nobre Parlamentar Deputado Estadual Artagão Júnior, passando o mesmo artigo a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica assegurado aos ministros, sacerdotes, diáconos, monges, anciãos, colaboradores, ou outros representantes de Igrejas e templos que exerçam papel semelhante, de todas as religiões e cultos o acesso a rede hospitalar pública estadual ou privada, estabelecimentos prisionais aqui definidos como penitenciárias e/ou delegacias de política, cárceres e afins, para prestar assistência religiosa a enfermos, internos e presos de toda e qualquer natureza, respectivamente, observadas as normas de segurança e administrativa peculiar a cada um desses estabelecimentos.

Sala das Sessões, em 03.03.08.

(a) TADEU VENERI

Apoioamento:

Francisco Bühner, Marcelo Rangel, Pastor Edson Praczyk, Rosane Ferreira, Reni Pereira e Luciana Rafagnin.

JUSTIFICATIVA:

O nobre Deputado Artagão Júnior ao elaborar o presente projeto de lei traz a garantia do estado laico, uma vez que assegura o direito constitucional de liberdade religiosa. A presente emenda modificativa vem no sentido de assegurar essa pluralidade, ao prever que não só as figuras dos ministros, inexistentes em outras religiões não evangélicas ou protestantes, o acesso para a necessária e salutar assistência religiosa. A emenda, desta feita, vem assegurar que todas as religiões tenham o direito ao acesso a essas instituições.

EMENDA MODIFICATIVA DE
PLENÁRIO DE Nº 02, AO
PROJETO DE LEI Nº 834/07

Modifica-se o parágrafo 3º do artigo 1º do Projeto de Lei nº 834/07, de autoria do nobre Parlamentar Deputado Estadual Artagão Júnior, acrescentando uma expressão no final do citado parágrafo, passando o mesmo a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º ...

§ 3º Cabe às entidades referidas no *caput* deste artigo a fiscalização da veracidade do credenciamento daqueles que se apresentarem como ministros, sacerdotes, monges, anciãos, colaboradores ou outros representantes de igrejas e templos que exerçam papel semelhante”.

Sala das Comissões, em 03.03.08.

(a) TADEU VENERI

Apoioamento:

Francisco Bühner, Tadeu Veneri, Marcelo Rangel, Pastor Edson Praczyk, Rosane Ferreira, Reni Pereira e Luciana Rafagnin.

JUSTIFICATIVA:

O nobre Deputado Artagão Júnior ao elaborar o presente projeto de lei traz a garantia do estado laico, uma vez que assegura o direito constitucional de liberdade religiosa. A presente emenda modificativa vem no sentido de assegurar essa pluralidade, ao prever que não

só as figuras dos ministros, inexistentes em outras religiões não evangélicas ou protestantes, o acesso para a necessária e salutar assistência religiosa. A emenda, desta feita, vem assegurar que todas as religiões tenham o direito ao acesso a essas instituições.

O Projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 853/07, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que declara de utilidade pública a Associação Cultural Interativa - ACI, com sede e foro na cidade de Londrina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 854/07, de autoria do Deputado Felipe Lucas, que declara de utilidade pública a Associação SOS Amigo Bicho, com sede e foro no município de Irati. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 160/07, de 11/12/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 854/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Felipe Lucas, declara de utilidade pública a Associação SOS Amigo Bicho, com sede e foro no município de Irati.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Quanto à técnica legislativa, o projeto encontra óbice no artigo 9º da Lei Complementar nº 095/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis:

Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas. (grifo nosso)

O projeto de lei em tela estabelece, em seu artigo 5º, que devem ser revogadas as disposições em contrário, sendo portando revestido de ilegalidade.

Conclusão

Quanto à técnica legislativa, o presente projeto, encontra óbice no artigo 9º, motivo pelo qual se apresenta a emenda supressiva em anexo.

Assim, somo de parecer favorável, em conformidade com a emenda supressiva em anexo.

Sala das Comissões, em 17.12.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUPRESSIVA
PROJETO DE LEI Nº 854/07

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 1º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda supressiva, para constar com a seguinte redação:

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 19.12.08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 859/07, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que declara de utilidade pública a Associação Casa Lar de Colorado, com sede e foro na Comarca de Colorado. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 162/07, de 12/12/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 859/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que declara de utilidade pública a Associação Casa Lar de Colorado, com sede e foro na Comarca de Colorado/PR.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 19.12.08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Discussão Única (Proposições)

ITEM 11

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 111/07, veto aposto ao Projeto de Lei nº 154/07, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, que dispõe sobre o uso e consumo de madeira reflorestadora em obras públicas do estado do Paraná. COM RELATÓRIO DA CCJ. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. (VOTAÇÃO NOMINAL).

OF/CTL/CC Nº 314/07

Curitiba, 18/09/07.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 218/07, dessa presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 154/07, por falta de interesse público, pelos motivos que passo a aduzir.

Objetiva o autógrafo o dever, pelo Poder Público, de utilizar, em obras contratadas, madeiras reflorestadas, em todo o processo construtivo.

Primeiramente, ressalta-se que cabe a Lei Federal nº 8666/93, estabelecer normas gerais sobre licitações e contratos administrativos, pertinentes à obras e serviços.

Ressalta-se, ainda, que em 2005 o Governo do Paraná editou o Decreto nº 4889, que estabeleceu procedimentos de controle ambiental para a utilização de produtos e subprodutos de madeira de origem nativa em obras e serviços de engenharia contratados pelo estado do Paraná. O referido decreto previu em seu artigo 1º, o seguinte:

Art. 1º As contratações de obras e serviços de engenharia que envolvam o emprego de produtos e subprodutos de madeiras deverão obedecer aos procedimentos de controle estabelecidos no presente decreto, com vistas à comprovação da procedência legal e subprodutos de madeira de origem nativa utilizados.

Vale, ainda, ressaltar que o Governo do Paraná trata a questão ambiental como prioridade e no Decreto 4889/05, estabeleceu os critérios a serem seguidos àquelas que busquem a contratação com a Administração Pública.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 154/07, encontra-se publicado no DA nº 016/07 de 26/03/07, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 111/07

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 154/07 de autoria da Deputada Rosane Ferreira, dispõe sobre o uso e consumo de madeira reflorestada em obras públicas do estado do Paraná, foi o objeto de veto do Sr. Governador Roberto Requião.

Chamada esta relatoria a se manifestar, e por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer de que o mesmo encontra-se em condições de ser apreciado pelo plenário desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 06.11.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

No item 11, o veto está em condições de ser aprovado pelo Plenário.

Para encaminhar, a Deputada Rosane Ferreira, por cinco minutos.

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria muito da atenção dos senhores. Protocoliei, nesta Casa o Projeto de Lei nº 154, que teve os trâmites legais, passou pela CCJ, lá teve como Relator o Deputado Luiz Carlos Martins, sendo que depois foi encaminhado à Comissão de Obras, onde teve como Relator o Deputado Edson Strapasson, que pediu uma diligência à Secretaria de Obras Públicas e lá também teve parecer favorável, depois seguiu para a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, onde foi relatado pelo Deputado Osmar Bertoldi e todos com diligência favorável ao meu projeto.

O Projeto de Lei nº 157priet07 diz o seguinte: *Toda madeira usada em obras públicas e serviços contratados pelo Poder Público, deverão ser oriundos de área de reflorestamento.*

Pois bem! Depois que passou por todas as comissões o nosso projeto foi para sanção e vetado pelo Governador. Mas o Governador usou como argumento no seu veto que já existe o Decreto nº 4889 que regulariza essa questão. O Decreto nº 4889 estabelece procedimentos de controle ambiental para utilização de produtos e sub-produtos de madeira de origem de madeira nativa em obras e serviços de engenharia contratados pelo estado do Paraná.

Madeira de origem nativa, ou seja, madeira de reserva dita legal.

Temos aqui a Gazeta do Povo de sexta-feira, 25/01/08, que traz a seguinte situação: “Todo dia, 3 mil e 500 caminhões circulam na Amazônia com madeira ilegal, mais de 2 mil e 500 levam toras para as serrarias, pelo menos 900 grandes caminhões saem com madeira serrada para os consumidores em outros estados, principalmente para São Paulo. Nada é secreto e tudo se sabe, as áreas desmatadas viram campo, onde já pastam 80 milhões de cabeças de gado”.

O Paraná, quinta-feira, 24/01/08. “Desmatamento põe Governo em alerta.”

Gazeta do Povo, 25/01: “O Governo anuncia medidas para conter desmatamento ilegal.”

Diário da Manhã, 24/01: “Inquérito responsabiliza policiais militares por porte ilegal de araucária no Paraná.”

O nosso projeto, o Decreto nº 4889 que o Governador usou como argumento, traz em seu conteúdo o controle de utilização de madeira nativa de procedência legal para que empresas participantes de licitações apresentem documentos tais como: notas fiscais, cadastro do IBAMA, autorização de transporte, comprovando que a madeira nativa ofertada é de procedência legal.

O caso das ATFs expedidas pelo IBAMA em suas regionais localizadas na região norte do Paraná, foram nos últimos anos motivo de sérias investigações da Polícia

Federal, motivadas pelas centenas e milhares de fraudes na emissão dessas guias de transporte de madeira cortada ilegalmente, as quais, mesmo emitidas de forma eletrônica, ainda assim ocorrem fraudes de denunciadas pela mídia nacional.

Queria dizer que o Paraná tem uma área de mais de 15% de toda área de madeira reflorestada, está no Paraná. Esse setor hoje gera quase 150 mil empregos. Nós somos auto-suficientes em madeira reflorestada. Hoje, um dos processos de endurecimento de madeira, por exemplo, eucalipto, pinus, dão a eles durabilidade e vida útil de mais de 40 anos, ou seja, ele pode substituir os cedros, os cambarás, outras madeiras que estão vindo lá do norte e pondo as nossas florestas nativas abaixo.

Gostaria muito que os senhores pensassem e levassem em consideração essas questões antes de votar.

Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Reconheço que a Deputada Rosane Ferreira, que é uma pessoa que todos nós, aqui, respeitamos e temos um relacionamento extremamente cordial, quando fez o projeto estava certamente coberta das melhores intenções em relação à preservação da floresta natural do Paraná. Mas, quero solicitar a manutenção do veto do Governador ao projeto de lei pelos fundamentos que estão inclusive na página 53 da Ordem do Dia.

Se V. Exas. verificarem que a questão básica, na verdade, é quando no artigo 2º a Deputada se refere que as obras públicas contratadas pelo Poder público devem utilizar madeira reflorestada em todo o processo construtivo. É claro que uma lei estadual deste caráter não é uma lei geral, só pode ter como destinatário o Poder Público, não o particular. Aí é que entra, na verdade, a questão que é complexa. Por quê? Porque primeiro, tecnicamente, não é viável. V. Exas. sabem disso, que temos no processo construtivo, utilizamos fundamentalmente a madeira. E a madeira que está reflorestada em nosso estado, hoje, e que tem sido reflorestada, ou é o pinus ou agora que começa a se utilizar, o eucalipto.

Como V. Exas. sabem, por duas vezes dirigi a política habitacional do estado. E sei, também, que é impossível construirmos, desenvolvermos programas habitacionais utilizando única e exclusivamente a madeira reflorestada, seja o pinus ou o eucalipto. Por quê? Por causa da dureza, do nível de resistência da madeira. Temos que utilizar o pinheiro, o jatobá ou outras madeiras para poder fazer as coberturas das unidades habitacionais.

V. Exa. teve uma idéia para diminuir, inclusive, o consumo da madeira. Passamos a utilizar nas casas populares os forros de PVC, que custam praticamente a mesma coisa e são muito mais ecologicamente corretos.

Mas, temos que reconhecer que não é possível, nos dias de hoje, adotar isto como um procedimento. As escolas públicas, os hospitais, enfim, as grandes construções, é impossível, se utilizarmos a madeira reflorestada, como regra geral, seguramente parariamos as construções públicas no estado do Paraná, sejam elas do estado ou dos municípios, que são aqui destinadas.

Por isso, entendo que além disto que estou falando, da viabilidade que temos neste momento, ainda a questão que envolve a própria Lei de Licitações, a Lei Federal nº 8666, ou seja, restabelece que você não pode dar exclusividade para determinado tipo de produto. Além do que, o Governo do Estado editou o Decreto nº 4889, que estabeleceu procedimentos de controle ambiental para utilização de produtos e subprodutos de madeira de origem nativa em obras e serviços de engenharia, contratados pelo estado do Paraná.

O referido decreto previu, no seu artigo 1º, o seguinte: *As contratações de obras e serviços de engenharia que envolvam emprego de produtos e subprodutos de madeira deverão obedecer aos procedimentos de controle estabelecidos no presente decreto, com vistas a comprovação da procedência legal de subprodutos de madeira de origem nativa utilizados.*

Bom, V. Exas. sabem, o Governador Roberto Requião trata da questão ambiental como uma questão prioritária no nosso estado. Mas, ao mesmo tempo temos que reconhecer que o projeto de lei, na tentativa da Deputada Rosane Ferreira e desta Casa, de preservar o patrimônio natural deste nosso estado, que são as nossas florestas, entendo que avançou muito daquilo que é possível, reconhecendo que para florestar, como ensinava o nobre Deputado Antonio Anibelli...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Um minuto para concluir Sr. Deputado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Temos um processo que tem que ser respeitado, por isso que peço a manutenção do veto. E dizendo que V. Exa. sabe o quanto que o nosso Governo luta pela preservação ambiental, mas efetivamente não pode prosperar esse presente projeto de lei.

Por isso, peço aos companheiros e companheiras a manutenção do veto.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador para encaminhar, o Deputado Luiz Eduardo Cheida, posteriormente o Deputado Reni Pereira e o Deputado Pastor Edson. Com a palavra Deputado Luiz Eduardo Cheida.

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, quero me dirigir quase que exclusivamente ao nosso Líder Romanelli. Não vou contrariá-lo, não quero contrariá-lo, mas gostaria muito de pedir a sua

ponderação nessa argumentação que fez, por dois motivos muito claros. O primeiro deles é que o argumento que veio do Executivo é de que o Decreto nº 4889/05, ele é que faz com que o Governo vete esse projeto da Deputada Rosane Ferreira. Na verdade, esse decreto eu o conheço bem porque tive a oportunidade como Secretário de Meio Ambiente, há dois anos atrás, de minotá-lo, de sugerir ao Governador a sua edição. E o Governador o fez.

Bem, esse argumento ele não pode prosperar em hipótese nenhuma, por quê? Porque o argumento desse decreto não tem nada a ver com o objeto em discussão. Estamos aqui discutindo madeira reflorestada em construções, e o decreto fala em madeira nativa em construções. Não tem nada a ver uma coisa com a outra. Em segundo lugar, o argumento do meu Líder, Deputado Romanelli. Vejam bem, o Deputado Romanelli evoca aqui a questão da impossibilidade de se construir, de praticar uma política habitacional calcada na madeira reflorestada. Bom, eu digo o seguinte, se não for madeira reflorestada haverá de ser madeira nativa, mas nós vamos derrubar florestas para construir casas? Possivelmente não, mas há uma alternativa que os paranaenses usam desde os últimos 200 anos, que é usar uma madeira nativa que possa vir a ser reflorestada. O pinheiro do Paraná é um deles, você pode reflorestar com pinheiro e usar a madeira, ela é nativa, mas ela está numa condição de reflorestamento.

Então, o projeto por esse argumento do Deputado Romanelli não pode ser vetado, porque estamos garantindo a madeira reflorestada, e está certo. Não vamos sair derrubando floresta, aliás, o Governador não permite mais que se tire um pinheiro que caiu com um raio ou que caiu de velho de dentro da floresta. Diminuir a área florestada nativa, então, muito menos.

Então, gostaria de pedir, e respeito muito os conhecimentos do nosso Líder Romanelli, principalmente na questão habitacional, mas Romanelli, gostaria de pedir encarecidamente que pudéssemos rever, porque o projeto da Deputada Rosane Ferreira é um projeto meritório, ele acaba com uma verdadeira dança de madeiras nativas, usadas muitas vezes na construção civil. E sem dúvida nenhuma acredito que se o Governador tivesse sido orientado melhor quanto à questão do decreto ele não teria feito essa argumentação. Teria sancionado o projeto, publicado, e estaríamos agora, aliás, mandado esta Casa - sem dúvida nenhuma depois de aprovado aqui - mandado publicar, e sem dúvida teríamos hoje a oportunidade de termos a lei aqui verificada.

Enfim, faço esse contraponto ao nosso Líder Romanelli na tentativa, que espero frutífera, de convencê-lo de que mesmo os seus argumentos em defesa da política do Governo, de meio ambiente e da habitação, falam a favor da aprovação deste projeto. Não é mais possível, mas pelo menos da rejeição do veto, pelo qual espero que ele possa reencaminhar o projeto.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, Deputado Reni Pereira com a palavra.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Começo onde o professor Cheida terminou. Os argumentos dele, muito pouco, podem ser superados.

É estranho o assessoramento ao Governador. Nessa questão de meio ambiente não ponho dúvida na convicção do Governador em defesa de questões que temos que ser vanguarda no Paraná.

Quando o Deputado Romanelli encaminhava, ele pediu que fôssemos para a página 53 da Ordem do Dia. Aqui o motivo do veto é por falta de interesse público. Seria uma incoerência muito grande derrubarmos esse veto, frente a tantas ações que o Governo tem propagandeado no estado do Paraná.

E a justificativa da Deputada Rosane é muito clara.

Certamente, esta será a primeira votação em que o painel vai mostrar a manifestação dos Deputados desta Casa, quanto a uma questão que é hoje o maior interesse público do mundo, que é a questão da ecologia.

Que o estado do Paraná faça frente criando esse exemplo. Esse exemplo não pode ser colocado em xeque por essa argumentação do Deputado Romanelli, que certamente não corresponde ao que o Governador, muitas vezes, tem expressado em questões bem menos agravantes em relação ao meio ambiente do que essa questão da madeira.

É fácil garantirmos uma qualidade e uma durabilidade a essa madeira reflorestada através de processo.

Lembro de inúmeras obras públicas do Paraná que têm aquele eucalipto tratado e que estão em pé até hoje.

Hoje o desenvolvimento só se justifica com conservação.

E, com certeza, esse projeto ajuda e muito na conservação das nossas matas nativas.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador Deputado Pastor Edson Praczyk.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

A minha presença nesta tribuna, penso eu, será mais na intenção de reorganizar as informações já prestadas pelos Parlamentares que me antecederam, principalmente o Dr. Cheida, extraordinário conhecedor de meio ambiente e do assunto em questão.

Pela formação que possuo de tecnólogo em informática, faço uso de uma questão óbvia, do que chamamos de lógica.

Ora, essa proposta de lei passou pela CCJ e recebeu parecer favorável pelo farto corpo técnico, foi muito bem relatada pelo Deputado Luiz Carlos Martins, que está nesta Casa de Leis há longa data.

Portanto, é um Deputado experiente, é um Deputado que, de forma alguma, faria um relatório à revelia da lei.

Temos que levar em consideração, Srs. Deputados, que cuidadosamente essa proposta de lei recebeu parecer favorável da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente presidida, nada mais, nada menos, por grandes nomes detentores do conhecimento técnico ao qual havia necessidade de relatar tal proposição. A proposta seguiu nos seus trâmites legais e normais para a Comissão de Obras Públicas e, de igual modo, houve todo um cuidado de seguir essa proposta em diligências para a Secretaria de Obras Públicas, que deu seu parecer favorável.

Deputado Chico Noroeste, com parecer favorável dos respectivos Parlamentares que compõem a Comissão de Constituição e Justiça, de Obras Públicas, de Meio Ambiente e Ecologia, não há o que se discutir no que diz respeito à legalidade e, também, no que diz respeito ao mérito, que essa proposta de lei é viável ao estado do Paraná, que mais uma vez sairá na vanguarda, para quem sabe estar produzindo uma lei que se tornará referência para outros estados, para todo o Brasil.

Foi questionado a questão da dureza da madeira. Recentemente, há questão de dois, três meses atrás, tive que me fazer valer de um profissional da área para produzir um móvel para minha casa. Conversei exatamente isso com o técnico, de que hoje a tecnologia exige mecanismos para transformar a madeira dando à mesma a dureza igual ou superior a conhecida madeira de lei.

Volto, também, a fazer uma outra observação, pela qual encaminho pela derrubada do veto. Srs. Deputados, estamos diante de uma proposição que independe de cor partidária, independe de Situação ou Oposição. Parece, Sr. Deputado Romanelli, que este é um momento oportuno para que todos nos dispamos da sigla partidária e não levemos em consideração, por bel-prazer ou por vaidade, de que um veto do Governador não possa ser derrubado pura e simplesmente porque é um veto vindo do Executivo.

Como bem foi frisado, há grande possibilidade do corpo técnico que fez o parecer que deu origem ao veto não tenha apercebidamente relatado ou dado o seu posicionamento. Portanto, Srs. Deputados, encaminho pela derrubada do veto e sei que V. Exas. se somarão a essa intenção, um vez que todos defendemos a defesa do meio ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Próximo orador para encaminhar pelo PTB, Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Acompanhei aqui e li com atenção o veto assinado pelo Governador. Não há dúvida nenhuma de que esse veto foi mal colocado. O Governador se contradiz naquilo que ele tem como prioridade do seu Governo. Ele

diz no seu veto, que vale ressaltar que o Governo do Paraná trata a questão ambiental como prioridade.

Então, se há prioridade, não há que se vetar esse projeto. Esse projeto é maravilhoso, de grande respeito à natureza, feito com muito carinho pela Deputada Rosane e que merece todo o nosso apoio. Se esta Casa não derrubar o veto depois de ouvir o Dr. Cheida, médico, ecologista, que deu uma aula para nós de como é importante que o Parlamento tenha pessoas que conhecem todos os setores e que o decreto que o Governador cita é realmente ao contrário daquilo que determina a lei. Se o Deputado Cheida, como Secretário do Meio Ambiente, foi o autor do decreto que o Governador cita para vetar - e que diz que não tem nada a ver - há um equívoco dele. Algum assessor “cabeça de bagre” escreveu isso e o Governador, em um dia que não estava muito bom, assinou sem ler muito - o que é normal nos governantes.

Cabe a esta Casa e ao eminente Líder do Governo que reconheça o que ele diz, aqui, um Governo que respeita a natureza, precisamos valorizar esse projeto, que valoriza o meio ambiente, a nossa região dos campos gerais, porque é uma grande região em que se tem muito trabalho neste setor.

Por isso, Sr. Presidente, votarei contrário ao veto, pela sua derrubada. Cumprimento a nossa eminente Deputada Rosane Ferreira, do PV, que fez um maravilhoso projeto. Vamos derrubar o veto pelo bem da ecologia e pelo bem do Paraná. Deputado Romanelli, voltar atrás quando há erro não tem perigo nenhum. Não há problema. Persistir no erro, é burrice.

O SR. ELTON WELTER (PT)

Para encaminhar, Sr. Presidente?
(Assentimento)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

V. Exa. tem que dizer se é a favor ou contrário. A favor já está encerrado. De acordo com o regimento são cinco a favor. Estou substituindo o Presidente Nelson Justus, que foi proferir uma aula inaugural em um curso no Tribunal de Contas. Ele me deu a relação. Cinco Deputados falaram pela derrubada do veto. Existe só pela manutenção do projeto. É impossível V. Exa. falar.

O SR. ELTON WELTER (PT)

Então, Sr. Presidente, questão de ordem?
(Assentimento)

Senti mediante a questão mediana dos Pares que conversei, que há dúvidas com relação a exequibilidade prática do projeto. Quero ponderar a esta Casa, para que não dê tanta celeridade a esse veto, que se tire por duas sessões, para ser fazer a discussão técnica da aplicação do projeto. Quero ponderar a autora do projeto. Tenho vontade de votar junto com ela, favorável ao seu projeto, desde que eu tenha convencimento de que ele é aplicável, de fato. Tem vários apelando de que ele é possível e têm vários que apelam de que ele não é possível. Porque

se colocar pinos em uma porta, ela apodrece com o tempo. Então, quero apelar à Deputada Rosane Ferreira, para que recue por duas ou três sessões e se faça a discussão técnica da aplicação prática desse projeto. Se não houver recuo, vou acabar acompanhando o voto pela derrubada de veto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Deputado Welter, V. Exa. apesar de ter chegado quase no fim da Sessão teve uma idéia brilhante. Consultaria a Liderança do Governo, a autora do projeto, para que façamos isso com a conscientização de todo mundo, porque não estamos aqui para votar no afogadinho o SIM ou o NÃO, não é para derrubar, para ganhar ou para perder, é para que esta Casa derrube ou mantenha um veto. Às vezes, quando o Deputado Romanelli convenceu, a Deputada Rosane convenceu, o Deputado Cheida também convenceu, ficamos todos com dúvidas. Me sinto bem, porque não vou precisar votar, me sentia como V. Exas. Quem sabe em um entendimento retiramos e colocamos em uma outra Sessão. Se é isso, consulto as lideranças e a autora...

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, teríamos por parte da Mesa o compromisso de que esse veto voltaria na próxima semana? Teríamos esse compromisso?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

V. Exa. faria um trabalho de convencimento, ou SIM ou NÃO, acho que é viável, em uma semana?

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV)

Desde o primeiro momento que tentei encaminhar, o argumento foi só um. O argumento que o nosso Governador usou para vetar o nosso projeto não procede, inclusive é uma colocação completamente diferente da usada pelo Líder do Governo. Temos um parecer positivo do Secretário de Obras do Governo do Estado do Paraná dando parecer favorável ao nosso projeto. Então, isso tramitou por três comissões, inclusive com essa diligência.

Então, o que quero, e para não dizer que não voltamos atrás ou que somos intransigentes, é ver os laudos que o Deputado Romanelli tem dizendo da impropriedade do eucalipto e do pinus para as caxarias, para as portas, etc. Também vou providenciar os laudos. Vamos retirar o projeto por cinco sessões e quero o compromisso da Mesa para que coloque novamente esse veto, em cinco sessões, para ser apreciado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Esta presidência, em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, prestando uma homenagem à senhora, a V. Exa. e as nossas Deputadas, retira o projeto e colocará, de preferência, no dia 08 de março, Dia Internacional da Mulher.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, só quero dizer que concordo com a retirada, mas quero aqui reafirmar, a questão é a seguinte: não fiquei, não assumi compromisso nenhum de trazer nenhum laudo aqui sobre esse tema. Quero dizer o seguinte: vou repetir, não adianta, tem certas coisas que temos que ter bem o pé no chão. Entendo aqui os pronunciamentos, esta é uma Casa política, as pessoas têm o direito de poder manifestar as suas opiniões mesmo sobre aqueles temas sobre os quais não conhecem.

Na verdade, é impossível fazer caixilhos de pinus ou de eucalipto, que são as únicas madeiras reflorestadas que temos. É impossível fazer porta que resista se não for porta de itaúba, fazer caixilho, fazer o oitão, fazer de fato a cobertura de uma escola, de uma casa, de uma obra, de um hospital, ou qualquer outra obra pública.

Então, na verdade, é o seguinte: entre o ideal que as pessoas têm e - respeito o ideal das pessoas, defendo o idealismo das pessoas - o mundo real, aquilo que tecnologicamente temos disponível, que está apropriado para a construção civil hoje no nosso estado, não tem tecnologia para poder modificar a qualidade da madeira, a dureza da madeira, a resistência dela. Esse é o mundo real que vivemos. Por isso, quero dizer que concordo com a retirada da apreciação do veto, hoje, mas quero dizer que esta Casa tem pessoas de todas as camadas sociais, representantes deste estado que conhecem e vão, naturalmente, amadurecer o seu posicionamento.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, consultaria V. Exa., mas, se não me falha a memória, no Regimento Interno desta Casa não é possível retirar vetos quando está em pauta na Ordem do Dia. Consultaria V. Exa. para não cometermos, aqui, mais um erro: de retirarmos algo que está em processo de votação através de um veto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Várias vezes já fizemos entendimentos e retiramos. Nosso Regimento Interno é omissivo e, às vezes, interpretamos o Regimento Interno, e quando estamos modificando para que daqui a 15, 20 ou 30 dias façamos ao contrário.

Esta presidência comunica ao Plenário que recebeu o requerimento nº 324, da autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente, solicitando o adiamento de votação por 05 (cinco) Sessões do Projeto de Lei nº 154/07. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões da Proposição nº 111/07, veto apostado ao Projeto de Lei nº 154/07.

Requerimentos**O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)**

Sobre a mesa, requerimento nº 288, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 319, de autoria dos Deputados Valdir Rossoni, Duílio Genari, Marcelo Rangel, Ademar Traiano e Elio Rusch, constante do expediente. Em discussão.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB) (Pela Ordem)

Com a preocupação de esclarecer a este Plenário e à opinião pública sobre os graves comentários do Deputado Rossoni, já fomos à Secretaria de Estado da Educação buscar o que existiria de resposta direta ao Deputado Rossoni, e as dúvidas que serão, com certeza, comentários da imprensa amanhã.

Queremos esclarecer que um setor da Secretaria que fez um pedido individual, Sr. Presidente...

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, o requerimento já foi retirado...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Solicitaria aos Deputados que essa matéria poderia ser discutida amanhã, no encaminhamento das votações. V. Exa. está se antecipado...

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB) (Pela Ordem)

Estou me antecipando, Sr. Presidente, porque amanhã sairá uma denúncia em primeira página dizendo: "Secretarias de Educação novamente comete erros!" E é uma inverdade. E essas inverdades têm sido repetidas tantas vezes, aqui, que queremos esclarecer à opinião pública. Temos as respostas precisas. Não houve aluguel algum de barracão, que alegam que foi alugado por 1 milhão e meio e que as tevês ficaram armazenadas, temporariamente, no depósito da Secretaria de Estado da Educação!

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, acho que temos que respeitar o próprio Regimento. O requerimento foi retirado!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Deputado, acho que cabe, sim! Dou a palavra a V. Exa. depois.

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, quero encerrar dizendo que não houve nenhum tipo de contratação de software para tevê multimídia que foi sumariamente, indeferido, já na semana passada.

Por isso, as informações truncadas que estão vazando das Secretarias, parece que de uma maneira provocativa contra a Situação, e queremos esclarecer de pronto. Não temos nada a esconder! Desde o momento em que foi falado sobre televisores estamos esclarecendo semanalmente. Mas, a insistência para buscarem um foco

de desgaste do Governo, vejo como factível neste momento, porque não existe absolutamente nada de errado. O barracão pertence à Secretaria de Ciência e Tecnologia e o restante dos barracões pertencem à RODAPAR.

Por isso, totalmente infundada a denúncia que se torna, amanhã, matéria de manchete.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, na verdade acho que a Mesa quando preside uma Sessão deve cumprir, rigorosamente, o que determina o Regimento Interno. E o que o Deputado Kielse fez, que nós o respeitamos como amigo, como colega aqui na Assembléia, é fazer um pronunciamento paralelo. Aliás, isso caberia em Explicações Pessoais, no término da Sessão? Ele poderia fazer amanhã no Pequeno Expediente. O que solicitamos está claro, e o Deputado Kielse não falou nada disso aqui. Quantos televisores já foram entregues nas escolas? Em quais escolas? Quando foi feita a entrega dos televisores? Foi contratada alguma empresa para transportar? Perguntamos em nosso pedido de informações.

A verdade dói nos ouvidos das pessoas que são Governo, essa é a verdade. Quando não consegue explicar procura tumultuar. A explicação que o Deputado Kielse fez não tem nada a ver com nosso pedido de informações. São diversos itens, Deputado Kielse! Vamos deixar para amanhã e amanhã vamos cumprir rigorosamente o Regimento Interno e vamos discutir o requerimento amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Esta presidência esclarece que sou muito democrático e acho que não podemos cortar a palavra de nenhum Deputado. Parlamento é falar!

Requerimentos n°s 297 a 300, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 302 e 322, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 303, de autoria do Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 305, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 309, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 310, de autoria do Deputado Plauto Miró, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 311, de autoria do Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 312 a 314, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 315, 316 e 321, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 323, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).**

Requerimento n° 320, de autoria dos Deputados Valdir Rossoni, Durval Amaral, Duílio Genari, Marcelo Rangel, Ademar Traiano e Elio Rusch, constante do expediente. Em discussão.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)
Sr. Presidente, para discutir.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)
Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Para discutir. Adia-se na forma regimental, para amanhã. Para encaminhar, com a palavra o Deputado Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) **(Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, na verdade quero dizer que até, tecnicamente, deveríamos encaminhar e votar o requerimento hoje. Mas, a discussão foi transferida para amanhã ou chegamos a um acordo, porque quero fazer um entendimento com a Oposição sobre esse tema. Entendo que o Secretário Pissetti pode e deve vir à Casa para responder os questionamentos. Mas, tenho que reconhecer, Sr. Presidente, que nesses temas todos há uma indústria de difamação que tem sido implantada em muitos pronunciamentos aqui. Não quero ofender ninguém com isso.

Mas, quando o Deputado Kielse fica indignado, ele fica com justa razão. Porque, de fato, se lançam acusações - usando um português bem claro - que são mentirosas, amanhã viram manchete de jornal. No dia seguinte sai o desmentido num rodapé de página e o objetivo que era promover o desgaste político do Governo, esse foi atingido.

Esse tema que envolve a vinda do Secretário Pissetti, quero conversar com a Liderança da Oposição sobre isso para que possamos buscar um entendimento. Até porque virou um mantra a discussão aqui sobre o Secretário Pissetti. Faz um ano que estamos debatendo. O Secretário Pissetti foi a pessoa mais dita, o nome mais dito aqui nesta Casa de Leis, fruto da ausência de investimento em Comunicação Social, porque se tivesse dinheiro jorrando em Comunicação Social, como teve no Governo Jaime Lerner, que era uma festança com o dinheiro público, mas hoje, com o dinheiro que não se investe em Comunicação Social, construímos escolas, recuperamos estradas, criamos condições para que os jovens do Paraná tenham uma oportunidade na vida.

Certamente a elite, os barões que sempre ficaram com o dinheiro público, esses gritam muito porque não tem investimento na Comunicação Social. Mas não gastar um bilhão e meio como gastou o Jaime Lerner e aqueles que davam sustentação política a ele aqui nesta Casa.

Por isso, Presidente, vamos discutir aqui a vinda do Secretário Pissetti para discutir a questão do Paraguai.

(Tumulto em Plenário)

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB) **(Pela Ordem)**

Com a fala do Deputado Elio Rusch foi adiado regimentalmente. Portanto, não caberia encaminhamento. E me vi diante da fala extensa do Líder do Governo. Me parece que agora vai ter um encaminhamento. O que foi decidido Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE **(Antonio Anibelli)**

Foi adiado na forma regimental e pedido pela ordem V. Exa. e o Deputado Elio Rusch.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB) **(Pela Ordem)**

Para que fosse usada a palavra teria que ser respaldada em alguma parte do Regimento, me parece que não foi. Abriu-se uma exceção.

O SR. PRESIDENTE **(Antonio Anibelli)**

Esta presidência, quando assume aqui, tem procurado deixar os Deputados à vontade. Não vou ser radical, senão ninguém fala aqui. Não se prorroga, não se retira o veto. Procuramos ser democráticos.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, como solicitamos o adiamento da discussão em virtude até da ausência do Deputado Valdir Rossoni - ele não está presente porque tem uma consulta médica - e quando ele se retirou do plenário pediu para que pedíssemos para discutir esse requerimento, para que ele pudesse trazer novos elementos amanhã, caso o Líder do Governo concordasse.

Como o próprio Líder do Governo já concorda com a vinda do Pissetti, apenas fazer alguns ajustes, acredito que o Líder do Governo jamais voltará atrás daquilo que ele falou hoje. Deixamos o requerimento para discutir amanhã e votamos amanhã, apenas fazemos os entendimentos necessários com o Deputado Romanelli.

O SR. PRESIDENTE **(Antonio Anibelli)**

Esta presidência respeita V. Exa. como Líder da Oposição na ausência do Deputado Rossoni. Vejo os dois com a mesma competência para defender a oposição ao Governo.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 04 à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n°s 852 e 853/07.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 728 e 743/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 854 e 859/07.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 795/07.

Levanta-se a Sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO N° 323 DO SR. DEPUTADO ANTONIO ANIBELLI EM SESSÃO DO DIA 03 DE MARÇO DE 2008.

UMA LEI PARA SALVAR VIDAS NAS ESTRADAS

OSMAR DIAS

Fazer das estradas brasileiras rotas mais seguras é uma necessidade urgente. Os acidentes nas rodovias nacionais estão entre as 10 principais causas de mortes no nosso país e aqueles que envolvem o setor de transporte são a segunda maior causa externa de óbitos, perdendo somente para as agressões.

Um caminhão se acidenta a cada cinco minutos nas estradas federais, segundo estudo do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada - IPEA feito com base em dados da Polícia Rodoviária Federal -PRF. Além disso, as más condições das rodovias brasileiras, somadas à carga horária excessiva na direção levam a outro recorde negativo: segundo o Ministério da Saúde, são registradas no país 35 mil mortes na área de transporte por ano. Há quatro por hora, uma a cada 15 minutos. Os dados do IPEA apontam que no período de 12 meses, entre 2004 e 2005, foram registrados 110.086 acidentes envolvendo caminhões.

De acordo com a Associação Brasileira de Medicina de Tráfego - ABRAMET os acidentes e mortes no Brasil ocorrem por causa das más condições de trabalho a que são submetidos os motoristas de caminhões. E o mais grave: a entidade já denunciou que cerca de 8% dos condutores adquirem rebites - medicamentos que combatem o sono - dentro da própria empresa em que trabalham. A droga é usada para que a longa jornada de trabalho seja completada sem interrupções.

Para fazer frente a este problema aprovei no Senado Federal, em 2001, um projeto que limita em, no máximo, quatro horas o tempo contínuo de motoristas de caminhões e ônibus ao volante. Depois desse período, o motorista terá de parar e descansar por 30 minutos. Durante o período de 24 horas, o motorista terá de ter ao menos 10 horas de descanso. Isto é o mínimo para dar mais dignidade aos motoristas profissionais e mais segurança a todos que trafegam nas estradas do Brasil.

Enquanto o tempo passa, acumulamos perdas. O prejuízo causado aos cofres públicos pelos acidentes nas estradas em todo o país é de aproximadamente R\$ 22 bilhões ao ano, segundo o IPEA. Esses custos incluem a perda de produção da pessoa que fica sem trabalhar, inválida ou morta, os gastos com saúde e resgate, a reabilitação, os danos aos veículos, a perda da carga do caminhão, a remoção do veículo e o traslado da carga, além de danos às propriedades pública e privada. O custo médio de uma pessoa que sai ilesa de um acidente com caminhão é estimado em R\$ 1.207. Já um ferido resulta em um ônus ao Governo de R\$ 38.256. Uma vítima fatal chega a custar R\$ 281.216, mas isto é pouco diante do sofrimento da família.

O Governo brasileiro está atrasado para tomar uma decisão que dê mais segurança nas estradas do nosso país e hoje chama para si a autoria de um projeto aprovado no Senado há sete anos. O Executivo Federal não precisa copiar projetos, mas agir e transformá-los em lei. A regulamentação ao tempo de direção dos motoristas de caminhões e ônibus deve ser prioridade para amenizar o efeito dessas ocorrências que afetam não só a sociedade, as famílias que perdem seus entes queridos, mas também a nossa economia.

OSMAR DIAS é Senador.

Publicações:

Diretoria Geral

Portarias:

PORTARIA Nº 034/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1023, datado de 20 de fevereiro de 2008, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença-maternidade para a servidora deste Poder Legislativo, ANDREA URBAN RICCI, matrícula nº 617, de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 31/01/08 com término em 30/05/08, laudo médico nº 008/08, CID (10) 080.0.

Gabinete da Diretoria Geral, 27.02.08

(a) ABIB MIGUEL

PORTARIA Nº 035/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1149, datado de 26 de fevereiro de 2008, deste Poder,

R E S O L V E :

prorrogar a disposição à Prefeitura Municipal de Curitiba, da servidora deste Poder Legislativo, LÚCIA JOVITA INÁCIO, matrícula nº 40555, até 31/12/08, sendo a cedência com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27.02.08.

(a) ABIB MIGUEL

PORTARIA Nº 036/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1150, datado de 26 de fevereiro de 2008, deste Poder,

R E S O L V E :

prorrogar a disposição à Prefeitura Municipal de Curitiba, da servidora deste Poder Legislativo, CARMEM LAGO ARAGÃO, matrícula nº 40099, até 31/12/08, sendo a cedência com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27.02.08.

(a) ABIB MIGUEL

PORTARIA Nº 037/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 1148, datado de 26 de fevereiro de 2008, deste Poder,

R E S O L V E :

prorrogar a disposição para prestar serviços junto à Prefeitura de Curitiba do servidor deste Poder Legislativo, VANDERLEI NORBERTO REBELO, matrícula nº 100, para prestar serviço junto a Assessoria do Gabinete do Prefeito, até 31/12/08, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27.02.08.

(a) ABIB MIGUEL

PORTARIA Nº 038/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 740, datado de 15 de fevereiro de 2008, deste Poder,

R E S O L V E :

colocar à disposição do Gabinete Parlamentar do Deputado Estadual Duílio Genari, os serviços da funcionária deste Poder Legislativo, THIRSA RITA ROSSI TIRAPELLE, matrícula nº 40463, a partir de 01/02/08 até 31/12/08, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 28.02.08.

(a) ABIB MIGUEL

PORTARIA Nº 039/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1147, datado de 26 de fevereiro de 2008, deste Poder,

R E S O L V E :

prorrogar a disposição do servidor deste Poder Legislativo, DEONILSON ROLDO, matrícula nº 117, portador do RG 2.021.385/PR e do CPF 371.416.439-15, até 31.12.08, para que possa permanecer exercendo o cargo em comissão de Secretário Municipal da Comunicação Social, símbolo S-1, sendo a cedência com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03.03.08.

(a) ABIB MIGUEL

PORTARIA Nº 040/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1333, datado de 29 de fevereiro de 2008, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, IRACI TORELLI PIRES, matrícula nº 40194, de 60 (sessenta) dias, a partir de 14/02/08 com término em 14/04/08, CID (10) M54.5 e M50.1.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03.03.08.

(a) ABIB MIGUEL

PORTARIA Nº 041/08

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 892, datado de 19 de fevereiro de 2008, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar anotar, para todos os efeitos legais, na ficha funcional de JURANDI LOPES CORDEIRO, matrícula nº 40941, portador do RG nº 3.595.900-9/PR e do CPF nº 555.086.429-00, funcionário estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitido em 01/07/90, ocupante do cargo de Segurança, nível NBA-05, lotado na Diretoria de Serviços Especiais, o tempo de 06 (seis) meses relativo ao dobro da licença especial a que tem direito em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21/12/92 e 21/12/97, conforme lhe faculta o artigo 248 da Lei Estadual nº 6174/70, vigente à época, assegurado pelo parágrafo 3º, artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 020/98.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03.03.08.

(a) ABIB MIGUEL

Atas de Comissões***Especial de Reforma da Constituição*****COMISSÃO ESPECIAL DE
REFORMA DA CONSTITUIÇÃO
ATA DE INSTALAÇÃO**

Aos três dias do mês de março do ano de dois mil e oito, no gabinete da presidência do Plenário, reuniram-se os membros da Comissão Especial que irá opinar sobre a proposta de emenda da Constituição - Proposição nº 021/08, de autoria dos Deputados Nelson Justus e Alexandre Curi, para sua instalação e eleição de Presidente e Vice-Presidente. Verificada a existência legal, o Sr. Presidente declarou instalada a Comissão, passando em seguida para a eleição. Procedido o sufrágio verificou-se a maioria de votos nos nomes dos Deputados Cida Borgetti e Plauto Miró para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Assumindo o cargo para a qual foi eleita, o Sr. Presidente indicou o Deputado Luiz Claudio Romanelli para relatar a matéria. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Richard Ruppel Sotto Maior, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI, ADEMAR TRAIANO, PÉRICLES DE MELLO, CIDA BORGHETTI, PLAUTO MIRÓ e ANTONIO ANIBELLI.

Defesa do Consumidor**COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos dezenove dias do mês de fevereiro de dois mil e oito, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Defesa do Consumidor, sob a presidência do Sr. Deputado Reni Pereira. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião. Dado início aos trabalhos, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 754/07, de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Eduardo Cheida - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 527/07, anexado ao Projeto de Lei nº 514/07 de autoria dos Deputados Augustinho Zucchi e Deputado Ney Leprevost. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Tadeu Veneri - APROVADO. Nada mais havendo a tratar e constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Carlos Eduardo Carazzai, Secretário de Comissão.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente
Carlos Eduardo Carazzai - Secretário

